

# PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE



MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES – RJ

2022-2025

EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO  
Prefeito Municipal

FABIANA CERQUEIRA  
Secretário Municipal de Saúde

JULIANA BILLET  
Coordenador do Fundo Municipal de Saúde

Equipe de Elaboração do Plano

EDWARD MARQUES LOPES LEÃO  
Diretor de Auditoria e Contas Médicas

LILIAN BASTOS  
Coordenadora de Vigilância em Saúde

ROBERTA DA SILVA RODRIGUES  
Coordenadora de Vigilância Epidemiológica

JANILS  
A BARROS  
Coordenadora de Atenção Básica

ROSANE AMORIM  
Coordenadora do Programa Saúde da Mulher

LEONARDO PERCORARO  
Coordenadora do Programa de Saúde Mental

RAFAEL FONSECA MARTINS  
Coordenador de Odontologia

ROBERTA PEREIRA BORGES GILSON  
Coordenadora de Assistência Farmacêutica

Paty do Alferes, Abril de 2022.

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

HISTÓRICO.....	92
ANÁLISE SITUACIONAL .....	16
CONDIÇÕES DE SAÚDE.....	17
DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE SAÚDE .....	23
ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE. ....	32
MATRIZ DE DIRETRIZ, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES.....	43
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## APRESENTAÇÃO

O Município de Paty do Alferes através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) tem atribuição de coordenar e executar a política municipal de saúde em sua circunscrição, com as diretrizes definidas pelo SUS, considerando também a Lei Orgânica do Município, bem como a Lei de Criação do Fundo Municipal de Saúde.

O Plano Municipal de Saúde (PMS) de Paty do Alferes é o resultado de um amplo processo de diálogo, caracterizado pelo esforço de fortalecimento do planejamento integrado da saúde.

O presente instrumento exprime a identificação das necessidades de saúde da população, com as suas diretrizes, os objetivos e as metas para a gestão da saúde, a qual encerra o período de execução do último ano do Plano Municipal de Saúde 2018 a 2021, e que passa a executar o presente Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025.

Baseando-se nas orientações Portaria nº 2135, de 25 de setembro de 2013 e do Decreto 7508/2011 que regulamenta a Lei 8080/90 estabelecem o sistema de planejamento e organização do Sistema Único de Saúde, como também foram consideradas as análises dos Planos Municipais de Saúde anteriores, o programa da atual gestão para a saúde, o Pacto pela Saúde e outros instrumentos previstos pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – SES/RJ.

Os debates e proposições aprovadas pela XI Conferência Municipal de Saúde de Paty do Alferes realizada em novembro de 2021 contemplou a participação social na etapa de confecção do presente Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025.

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o instrumento de iniciativa municipal para o cumprimento dos preceitos do SUS na esfera municipal, expressos nas Programações Anuais de Saúde, tendo seus resultados esmiuçados nos Relatórios Anuais de Gestão com a participação e controle social - do Conselho Municipal de Saúde.

O Plano Plurianual (PPA) orientado pelo Plano Municipal de Saúde (PMS), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) se definem como arcabouço legal para o planejamento na saúde na fase de execução. Esse PMS apresenta análise situacional do município

proporcionando informações gerais das condições em que vive a população de Paty do Alferes, apresentados ainda os principais indicadores demográficos, de morbimortalidade, de estrutura e acesso.

O presente Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025 foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Saúde com a participação de diversos Setores da Secretaria Municipal de Saúde, bem como o Controle Social.

## HISTÓRICO

A evolução histórica de Paty do Alferes, município originário de Vassouras, acha-se ligada à expansão da cultura cafeeira no vale fluminense do rio Paraíba do Sul.

A penetração na área do atual município de Paty do Alferes teve origem nas primeiras explorações que visavam a transpor a serra do Mar, com a abertura do Caminho Novo do Tinguá no século XVII. Os tropeiros que subiam o rio das Mortes em direção a Sacra Família do Tinguá fixaram o ponto de passagem em pequena várzea. O sertanista Garcia Rodrigues Paes se deparou com as terras de dois alferes de ordenança, Leonardo Cardoso da Silva e Francisco Tavares, no “sertão bravio da serra acima”. Conhecidas na época como “roça do alferes”, nelas havia grande quantidade de patis – palmeiras de pequeno porte. Daí o nome atual.

Promovido, o capitão Francisco Tavares era dono da fazenda onde se ergueu uma capela que o bispo Antônio de Guadalupe, em viagem de 1726, transformou em curato para atender aos demais cristãos da região. O capitão foi, ainda, quem doou o terreno em que foi erguida a primeira matriz, no ano de 1739, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes.

Em 1739, já existiam na região várias propriedades, como Grande, Manga Larga, Governo e Freguesia, onde hoje se situa a localidade de Arcozelo. Essas terras férteis, banhadas pelo ribeirão de Ubá e o rio do Saco, primeiro acolheram o plantio da cana-de-açúcar. Um século depois, o café viria brotar, fazendo nascer também uma aristocracia rural formada por nobres ligados à Corte, como o visconde de Ubá, o barão de Capivary e o barão de Guaribu, dentre outros.

Elevada ao posto de vila em 1820 pelo rei de Portugal, dom João VI, com a conseqüente emancipação dada por alvará de 4 de setembro daquele ano, Paty do Alferes continuou crescendo apenas dentro dos limites das grandes fazendas e não houve interesse pelo desenvolvimento urbano. Quando a sede foi transferida, em 1833, para a vila de Vassouras, a nobreza rural patiensse permaneceu atuando ativamente na política.

Nesse período, ali viveu o líder negro de escravos Manoel Congo. Ele reuniu sob sua liderança escravos amotinados fugitivos de diversas fazendas da região, tendo sido preso e enforcado em 1839.

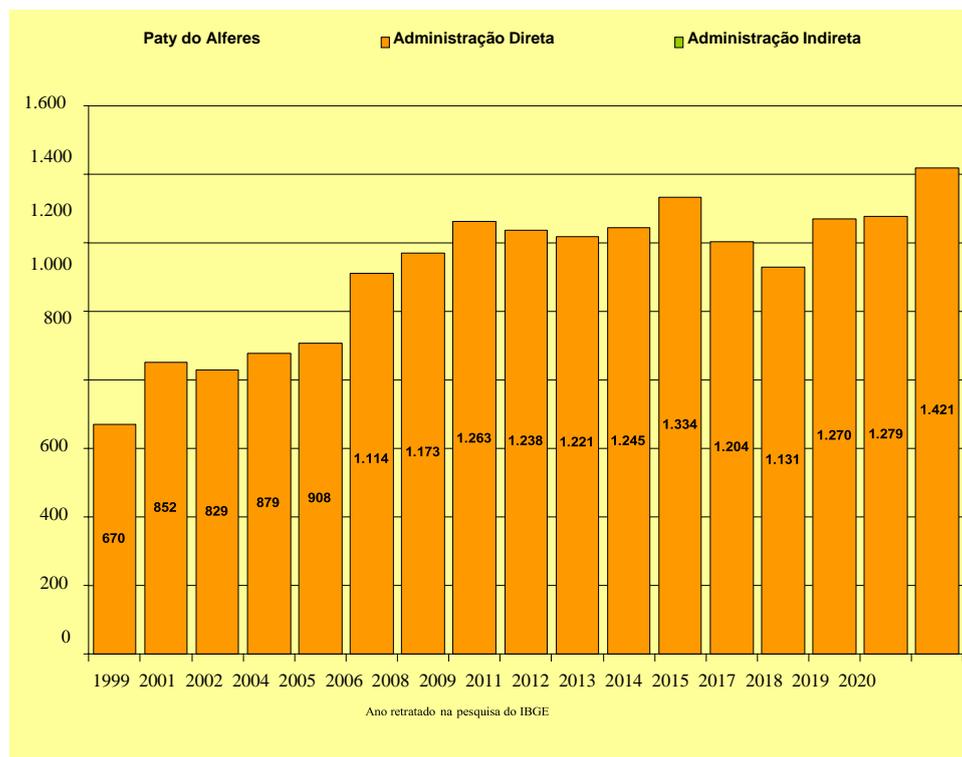
Durante um século e meio Paty do Alferes permaneceu como distrito de Vassouras, até 1º de janeiro de 1989, quando o município foi instalado, em função da edição da Lei nº 1.254, de 15 de dezembro de 1987.

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como MUNIC, é apurada pelo IBGE na totalidade do país. Na versão 2015, foram estabelecidos os seguintes eixos: recursos humanos das administrações municipais, instrumentos de planejamento, recursos para a gestão (cadastro do IPTU e ISS, taxas, implantação de empreendimentos e arranjos produtivos locais), terceirização e informatização, gestão ambiental e articulação interinstitucional (indica se o município faz parte de consórcio nas áreas de educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, turismo, cultura, habitação, meio ambiente, transporte, desenvolvimento urbano, saneamento básico, gestão das águas e manejo de resíduos sólidos).

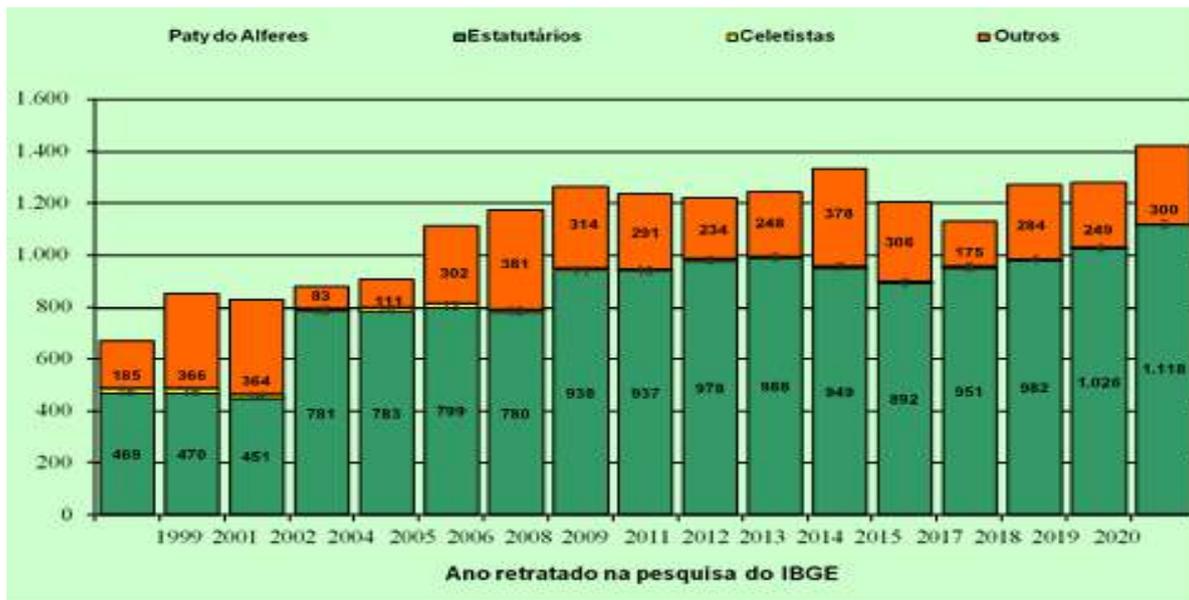
A MUNIC aponta a seguinte evolução do quadro de pessoal de Paty do Alferes:

*Gráfico: Evolução do número de funcionários do Município – 1999-2020*



O vínculo empregatício dos funcionários apresentou o seguinte comportamento:

Gráfico: Total de funcionários da administração direta por vínculo empregatício – 1999-2020



Em Paty do Alferes, em 2015, a pesquisa aponta redução do quadro da Administração pública municipal em relação ao ano anterior (2014), mantendo, no entanto, a média de crescimento de seu quadro a partir de 1999.

## LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Paty do Alferes pertence à Região Centro-Sul Fluminense, que também abrange os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios e Vassouras.



O Município tem uma área total<sup>2</sup> de 318,8 quilômetros quadrados, correspondentes a 10,5% da área da Região Centro-Sul Fluminense. Os limites municipais, no sentido horário, são: Vassouras, Paraíba do Sul, Petrópolis e Miguel Pereira.

O acesso a Paty do Alferes é feito pela RJ-125, que liga o município a Miguel Pereira, ao sul, e a Vassouras e Paraíba do Sul, ao norte. A rodovia RJ-117 sai da sede municipal em direção à localidade de Araras, no município de Petrópolis. A rodovia de chão RJ-123 (BR-492 no plano federal) liga o distrito de Avelar à BR-393, a oeste, em Vassouras e, a leste, à região de Secretário, em Petrópolis. As imagens a

seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturados dos programas Google Maps e Google Earth, em março de 2016.

## Governo Eletrônico

Nos dias atuais, a internet ostenta colocação destacada para qualquer atividade social. O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Seu uso propicia agilidade e transparência, eficiência e flexibilidade.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro consiste na criação de sítios paradifusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, estes sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *online* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação à distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela internet.

Essas modificações tornam-se ainda mais complexas num quarto estágio de implantação do *e-government*, quando é desenvolvido um tipo de portal que é uma plataforma de convergência de todos os serviços prestados pelos governos. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, sem seguir a divisão real do Estado em ministérios, secretarias estaduais, municipais, entidades etc. Assim, ao lidar com o governo, cidadãos e empresas não precisam mais se dirigir a inúmeros órgãos diferentes. Em um único portal e com uma única senha, qualificada como assinatura eletrônica (certificação digital), é possível resolver tudo o que precisam. Para tal, a integração entre os diferentes órgãos prestadores de informações e serviços é imprescindível, ou seja, esses devem realizar trocas de suas respectivas bases de dados numa velocidade capaz de garantir o atendimento ao cidadão. Esse recurso exige informações de uma série de órgãos que, interligados por uma infraestrutura avançada, conseguem atender à demanda do cidadão “em tempo real”. Nesse último estágio, o sítio é qualificado como **integrativo**.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre maio e agosto de 2020. Para efeito dos resultados da pesquisa, não foi considerado o município da capital, uma vez que esta não se encontra sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Alguns municípios, apesar de estarem em processo de reformulação do sítio oficial, optaram por manter o acesso a alguns serviços. Nesses casos, os serviços mantidos foram registrados.

Os principais problemas encontrados, mais uma vez, foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes e dificuldade em localizar informações ou serviços<sup>9</sup>. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações se apresenta defasado.

Deve-se destacar que, em 2002, havia 42 municípios fluminenses na *web*. Edições anteriores dos Estudos vêm acompanhando e avaliando, desde 2006, o nível de abrangência do conteúdo e dos serviços dos sítios municipais. Em 2020, de acordo com o levantamento efetuado, todos os municípios possuíam sítio oficial ativo na internet.

## Resultados da pesquisa

Na sequência, é apresentado o desempenho do conjunto do estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, fazer-se um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas estágios informativo, interativo e transacional, foi considerado bom o desempenho do sítio que obteve aproveitamento igual ou superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada prefeitura foi avaliado de acordo com a quantidade de temas disponíveis em relação ao total dos quesitos da categoria.

No conjunto das regiões, os serviços informativos predominam, com *performance* regular. É importante destacar que 30 municípios apresentaram bom desempenho, bem superior ao total de 14 municípios registrado há dois anos, data da última pesquisa. A oferta de serviços interativos apresentou avanço tímido, não sendo suficiente para retirá-la do patamar sofrível. Nesse estágio, somente quatro municípios tiveram desempenho bom, mesmo número de 2018. Já os municípios de qualidade regular saltaram de nove para 17.

Na primeira semana de agosto de 2020, quando foi concluída a pesquisa, eram 89 as municipalidades a oferecer alguma transação em seus sítios, mostrando ligeiro avanço em relação a 2018, quando 87 prefeituras disponibilizavam na internet esse tipo de serviço. Registre-se que, em 2010, o número não passava de 27. O aumento da oferta deve-se, sobretudo, à adoção da Nota Fiscal Eletrônica, presente em 96% dos sítios que pontuaram nesse estágio. O desempenho apurado atribuiu classificação sofrível ao conjunto dos municípios fluminenses nesse nível da pesquisa.

No estágio informativo da pesquisa, são definidos 19 temas autoexplicativos. Nessa categoria, 91 prefeituras apresentaram algum resultado. O conjunto atingiu 62% de aproveitamento

no total de serviços elencados, implicando uma estagnação na classificação do grupo, que era regular no ano de 2018.

8 - Em razão da dinâmica da internet, podem ocorrer mudanças súbitas. Sítios que não estavam operacionais tornam-se acessíveis de um dia para o outro. O contrário também é verdadeiro: informações e serviços que estavam disponíveis nos portais, subitamente, tornam-se inacessíveis.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões – 2020

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	10/10	3/3	10/10	12/12	20/20	13/13	8/9	14/14	88/91
História do Município	90%	100%	90%	83%	70%	77%	89%	71%	84%
Geografia	70%	67%	80%	75%	40%	62%	89%	64%	68%
Economia	20%	67%	30%	33%	30%	31%	67%	43%	40%
Finanças Públicas	100%	100%	100%	100%	100%	100%	89%	100%	99%
Cultura e Entretenimento	30%	67%	80%	42%	35%	38%	89%	50%	54%
Saúde	50%	100%	80%	92%	55%	38%	78%	36%	66%
Educação	70%	100%	80%	83%	55%	31%	44%	50%	64%
Meio Ambiente	40%	100%	60%	42%	50%	15%	22%	43%	47%
Infraestrutura	40%	67%	90%	67%	55%	62%	67%	50%	62%
Tributação	70%	100%	100%	67%	75%	85%	78%	50%	78%
Legislação	100%	100%	100%	100%	90%	100%	89%	100%	97%
Notícias	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Turismo	80%	100%	80%	75%	65%	54%	89%	86%	79%
Estrutura Administrativa	100%	100%	90%	100%	95%	85%	100%	93%	95%
Investimentos	20%	33%	20%	42%	20%	8%	33%	36%	26%
Políticas Públicas	30%	67%	20%	75%	15%	38%	44%	50%	42%
Trabalho e Emprego	30%	100%	50%	50%	45%	23%	78%	21%	50%
Trânsito	40%	67%	40%	50%	40%	8%	33%	36%	39%
Plano Diretor	20%	67%	30%	50%	55%	15%	44%	43%	41%
<b>Totais</b>	<b>58%</b>	<b>84%</b>	<b>69%</b>	<b>70%</b>	<b>57%</b>	<b>51%</b>	<b>70%</b>	<b>59%</b>	

A Costa Verde mais uma vez liderou o estágio informativo, com o bom resultado de 84%. Em seguida aparecem empatados, com 70%, as regiões do Médio Paraíba, que aumentou 1%, e o Norte Fluminense, que recuou 1%, ambos em relação ao ano de 2018. Com resultado regular, seguem-se as Baixadas Litorâneas, com 69%, a Região Serrana, com 59%, Centro-Sul, com 58%, Região Metropolitana, com 57%, e por último o Noroeste Fluminense, com 51%.

Entre as regiões que apresentaram queda em seus desempenhos, o Centro-Sul Fluminense apresentou a maior redução (nove pontos percentuais). Seguem-se a Região Metropolitana, o Noroeste Fluminense e o Norte Fluminense, todos com perda de um p.p. As regiões que avançaram foram a Baixada Litorâneas (mais cinco p.p.), a Costa Verde (dois p.p.) e o Médio Paraíba (um p.p.). A Região Serrana não apresentou variação percentual.

Presente em 100% dos sítios, Notícias é o item mais frequente. Finanças estão presentes em 99% dos municípios avaliados. Na sequência, os temas mais frequentes são Legislação, Estrutura Administrativa e História. O menos encontrado é Investimento, uma vez que somente 26% dos municípios desenvolvem satisfatoriamente esse item, que se refere a programas responsáveis pela

atração de projetos de instalação de empresas e indústrias com objetivo de gerar emprego e renda à população.

Ainda com referência aos serviços informativos, quatro municípios atenderam a 100% dos quesitos: Macaé, Petrópolis, Resende e Volta Redonda, conferindo destaque ao Médio Paraíba, onde estão situados os dois últimos. Mais 26 municípios apresentaram bom desempenho (eram 28 na pesquisa referente a 2018).

No estágio interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com *performance* sofrível em sete das oito regiões do estado, permanece o desafio de se obter algum formulário ou realizar um cadastro simples nos sítios oficiais.

No estágio interativo, sete das oito regiões apresentaram evolução nos percentuais. O Centro-Sul Fluminense, ao sair de 25% para 34%, obteve o maior aumento. Seguem-se o Médio Paraíba, de 38% para 46%, Região Serrana, de 30% para

37%, Noroeste Fluminense, de 26% para 31%, Região Metropolitana, de 33% para 36%, Norte Fluminense, de 35% para 38% e Baixadas Litorâneas, de 41% para 42%. Apenas a Costa Verde teve queda, de 69% para 67%.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões – 2020

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	10/10	3/3	10/10	12/12	20/20	13/13	9/9	14/14	91/91
<b>IPTU</b>	60%	100%	100%	75%	100%	85%	78%	93%	86%
<b>ISS</b>	60%	100%	80%	75%	90%	62%	44%	71%	73%
<b>ITBI</b>	40%	33%	30%	25%	45%	15%	22%	21%	29%
<b>Simplex</b>	0%	0%	0%	17%	0%	15%	0%	7%	5%
<b>Processos</b>	60%	100%	80%	92%	55%	54%	56%	57%	69%
<b>Saúde</b>	20%	100%	20%	33%	15%	15%	0%	0%	25%
<b>Educação</b>	30%	67%	30%	17%	10%	0%	11%	7%	21%
<b>Habitação</b>	0%	33%	30%	17%	30%	0%	22%	0%	17%
<b>Iluminação Pública</b>	20%	0%	40%	42%	25%	8%	22%	21%	22%
<b>Água e Esgoto</b>	20%	67%	20%	33%	5%	8%	11%	21%	23%
<b>Transportes</b>	10%	100%	20%	33%	20%	15%	44%	29%	34%
<b>Obras e Meio Ambiente</b>	0%	67%	20%	25%	10%	8%	56%	21%	26%
<b>Vigilância Sanitária</b>	10%	0%	10%	8%	10%	0%	11%	21%	9%
<b>Concursos</b>	60%	100%	30%	75%	5%	62%	33%	64%	54%
<b>Licitações</b>	90%	100%	100%	100%	90%	77%	67%	79%	88%
<b>Cadastro de Fornecedores</b>	30%	67%	30%	25%	30%	38%	56%	36%	39%
<b>Balcão de Empregos</b>	10%	67%	20%	42%	5%	0%	56%	21%	28%
<b>Ouvidoria</b>	100%	100%	100%	92%	95%	100%	100%	100%	98%
<b>Totais</b>	34%	67%	42%	46%	36%	31%	38%	37%	

O serviço de Ouvidoria<sup>10</sup> mantém-se predominante, estando presente em 98% dos sítios pesquisados. Outros serviços interativos preferencialmente disponibilizados referem-se aos principais tributos municipais – ISS e IPTU – e às Licitações. Por outro lado, serviços interativos de Iluminação Pública, Habitação e Vigilância Sanitária, além de tributação Simplex, são os menos ofertados pelos municípios em seus sítios oficiais. Volta Redonda, com 89%, Angra dos Reis, Macaé e Petrópolis, com 78%, foram os únicos municípios a apresentar bom rendimento nesse estágio.

Em relação aos 37 quesitos resultantes da soma do estágio informativo e do interativo, o município que mais se destaca é Volta Redonda, com 95% de aproveitamento. Foram identificados 12 sítios com aproveitamento igual ou superior a 70% – pela ordem, além de Volta Redonda, contam-se Macaé, Petrópolis, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Maricá, Mangaratiba, Nova Friburgo, Resende, Barra do Pirai, Cabo Frio e Campos dos Goytacazes. Outros 30 municípios ficaram na faixa de 50% a 69% e 49 sítios não atingiram 50%. Um grupo de quatro municípios não chegou a 30%. São eles: Cachoeira de Macacu (27%), Itaocara (27%), Japeri (27%) e Engenheiro Paulo de Frontin (16%).

Em todos os estágios, há forte variância intrarregional, o que será objeto da análise a seguir.

A Região Centro-Sul obteve a 6ª colocação do *ranking* no estágio informativo e a 7ª

posição no interativo. Os quesitos mais cotados no estágio informativo foram Finanças Públicas, Legislação, Notícias e Estrutura Administrativa do município, abordados em

---

9 - Ouvidoria, enquanto serviço, foi considerada como sendo qualquer canal de interação disponível ao internauta, incluindo o “Fale Conosco” e endereços de e-mail.

100% dos sítios da região. Por outro lado, Investimentos e Plano Diretor aparecem em 20% apenas.

Paraíba do Sul confirmou o 1º lugar regional, com bom aproveitamento de 84%. Seguem-se, Mendes e Três Rios com 74%. Com desempenho regular surgem Areal (68%), Comendador Levy Gasparian e Miguel Pereira (63%), seguidos de Vassouras (58%). A performance foi sofrível em Sapucaia (42%) e Paty do Alferes (37%). O único município que apresentou nível insuficiente foi Engenheiro Paulo de Frontin, com 21%.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Centro-Sul Fluminense – 2020

Municípios	Areal	Comendador Levy Gasparian	Engenheiro Paulo de Frontin	Mendes	Miguel Pereira	Paraíba do Sul	Paty do Alferes	Sapucaia	Três Rios	Vassouras	Centro-Sul
Data da visita ao sítio oficial	25/5	1/6	1/6	8/6	9/6	2/7	2/7	25/6	8/7	1/7	
História do Município	1	1		1	1	1	1	1	1	1	90%
Geografia	1	1		1		1		1	1	1	70%
Economia									1	1	20%
Finanças Públicas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Cultura e Entretenimento				1		1			1		30%
Saúde		1		1	1	1				1	50%
Educação	1	1		1		1	1	1	1		70%
Meio Ambiente	1	1		1		1					40%
Infraestrutura	1	1				1				1	40%
Tributação	1	1		1	1	1			1	1	70%
Legislação	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Notícias	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Turismo	1	1		1	1	1		1	1	1	80%
Estrutura Administrativa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
Investimentos	1						1				20%
Políticas Públicas				1	1	1					30%
Trabalho e Emprego	1			1					1		30%
Trânsito				1	1	1			1		40%
Plano Diretor						1			1		20%
<b>Percentual</b>	<b>68%</b>	<b>63%</b>	<b>21%</b>	<b>79%</b>	<b>53%</b>	<b>84%</b>	<b>37%</b>	<b>42%</b>	<b>74%</b>	<b>58%</b>	

Quanto ao estágio interativo, nenhum dos municípios sequer alcançou o nível regular. Encontram-se com desempenho sofrível Areal, Comendador Levy Gasparian, Sapucaia, Três Rios e Vassouras, todos com 44%, além de Paraíba do Sul, com 39%. Apresentaram resultado insuficiente Miguel Pereira e Paraíba do Sul, ambos com 28%, Mendes, com 17%, e Engenheiro Paulo de Frontin, com 11%, este o menor aproveitamento registrado na região.

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Centro-Sul Fluminense – 2020

Municípios	Areal	Comendador Levy Gasparian	Engenheiro Paulo de Frontin	Mendes	Miguel Pereira	Paraíba do Sul	Paty do Alferes	Sapucaia	Três Rios	Vassouras	Centro-Sul Fluminense
<b>Data da visita ao sítio oficial</b>	<b>21/3</b>	<b>16/5</b>	<b>18/5</b>	<b>26/5</b>	<b>29/5</b>	<b>18/6</b>	<b>5/6</b>	<b>20/6</b>	<b>22/6</b>	<b>22/6</b>	
<b>IPTU</b>	1	1			1	1	1			1	60%
<b>ISS</b>	1					1	1	1	1	1	50%
<b>ITBI</b>		1						1	1	1	10%
<b>Simples</b>											0%
<b>Processos</b>	1					1	1	1	1	1	40%
<b>Saúde</b>		1			1						0%
<b>Educação</b>	1	1						1			10%
<b>Habitação</b>											0%
<b>Iluminação Pública</b>	1								1		0%
<b>Água e Esgoto</b>	1								1		0%
<b>Transportes</b>				1							20%
<b>Obras e Meio Ambiente</b>											0%
<b>Vigilância Sanitária</b>		1									0%
<b>Concursos</b>		1			1	1	1	1		1	40%
<b>Licitações</b>	1	1	1	1	1		1	1	1	1	40%
<b>Cadastro de Fornecedores</b>							1	1		1	20%
<b>Balcão de Empregos</b>									1		10%
<b>Ouvidoria</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	80%
<b>Percentual</b>	<b>44%</b>	<b>44%</b>	<b>11%</b>	<b>17%</b>	<b>28%</b>	<b>28%</b>	<b>39%</b>	<b>44%</b>	<b>44%</b>	<b>44%</b>	

Para o estágio transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de cinco tipos de transações diferentes. Dos 91 municípios analisados, 90 apresentaram algum serviço transacional, correspondendo a 45% do total, com aumento de seis pontos percentuais em relação a 2018.

A Nota Fiscal Eletrônica estava disponível em 87 sítios oficiais, com aumento de um ponto percentual em relação ao último estudo realizado. Consulta Prévia/Alvará Provisório esteve presente em 55 municípios. Na sequência, Licitação e Pregão, com 27 registros, Emissão de Certidão Negativa, com 20, e Educação/Matrícula aparece com o menor número, um total de 16 anotações

No estágio transacional, a Região Centro-Sul subiu da última posição do *ranking* para a penúltima. Comendador Levy Gasparian apresenta quatro serviços ofertados. Não há quem ofereça três. Os municípios que ofertam duas transações diferentes são: Areal, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras. Os sítios de Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes apresentaram apenas uma única atividade.

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional – Região Centro-Sul Fluminense – 2020

Municípios	Consulta Prévia/Alvará Provisório	Licitação e Pregão	Nota Fiscal Eletrônica	Educação/Matrícula <i>On line</i>	Emissão de Certidão Negativa de Débito	Centro-Sul Fluminense	Data da visita ao sítio oficial
Areal		1	1			40%	25/5
Comendador Levy Gasparian	1		1	1	1	80%	1/6
Engenheiro Paulo de Frontin			1			20%	2/6
Mendes			1			20%	8/6
Miguel Pereira	1		1			40%	9/6
Paraíba do Sul	1		1			40%	2/7
Paty do Alferes	1		1			40%	2/7
Sapucaia	1	1				40%	25/6
Três Rios	1		1			40%	8/7
Vassouras		1	1			40%	1/7
<b>Percentual</b>	<b>60%</b>	<b>30%</b>	<b>90%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>		

Enfatizamos que o principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através dos *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. Resta evidente que o uso dessa ferramenta é uma providência importante e irreversível no mundo moderno.

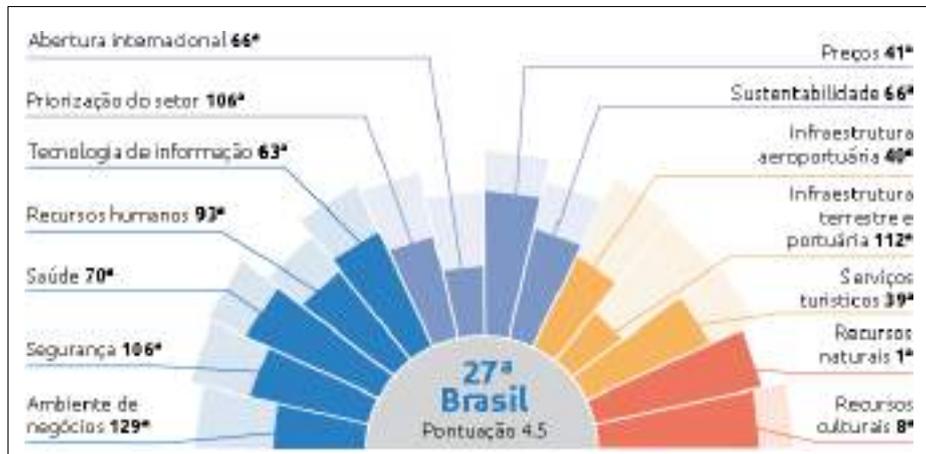
## Aspectos turísticos

O Plano Nacional de Turismo, referente ao período de 2018 a 2022, propõe-se a modernizar e desburocratizar o setor, visando à ampliação de investimentos e acesso ao crédito, como forma de estimular a competitividade e a inovação, investindo na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços, a fim de fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

Citado no plano, o relatório The Travel & Tourism Competitiveness Report – TTCR, publicado em 2017, no âmbito do Fórum Econômico Mundial, colocou o Brasil na 27<sup>a</sup> colocação em um *ranking* de 136 países analisados. O Brasil é considerado o número 1 no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8<sup>o</sup> classificado no item recursos culturais. No entanto,

no quesito priorização do setor, fica na 106ª posição, e no item ambiente de negócios, em 129º, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados.

Gráfico 6: Classificação do Brasil nos indicadores de competitividade internacional



Fonte: Fórum Econômico Mundial, 2017. Extraído do Plano Nacional de Turismo.

O Ministério do Turismo, em 2017, lançou o pacote de medidas “Brasil + Turismo”, com o objetivo de fortalecer e tornar o turismo um importante vetor de desenvolvimento econômico, por meio da apresentação de soluções técnicas emergenciais para gargalos históricos do setor. A partir da definição das metas a serem alcançadas até o ano de 2022, foram estabelecidas as estratégias e iniciativas do Plano Nacional de Turismo, cujo êxito depende da coordenação de esforços no âmbito do governo federal, das esferas estaduais e municipais e do *trade* turístico.

Quadro 1: Metas globais para o turismo no Brasil – 2018/2022

Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões
Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões
Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país
Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo

Quadro 2: Diretrizes para o desenvolvimento do turismo nacional – 2018/2022

Fortalecimento da regionalização
Melhoria da qualidade e competitividade
Incentivo à inovação
Promoção da sustentabilidade

## Programa de Regionalização do Turismo

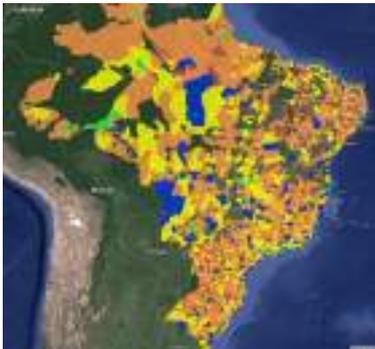
A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo. A regionalização trabalha sob a perspectiva de que mesmo

um município que não possui uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Quadro 3: Estratégias do Programa de Regionalização do Turismo

MAPEAMENTO: define o território a ser trabalhado; o Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo.
CATEGORIZAÇÃO: divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo.
FORMAÇÃO: prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo.
FOMENTO À REGIONALIZAÇÃO: prevê o apoio financeiro do Ministério do Turismo aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos.
COMUNICAÇÃO: engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do programa, facilitando a interação em prol do desenvolvimento do turismo.
MONITORAMENTO: avalia a evolução do programa e garante eventuais correções de rumo.

## Mapa do Turismo



Uma das ferramentas criadas pelo Ministério do Turismo para apoiar o processo de regionalização é o Mapa do Turismo Brasileiro<sup>11</sup>, cuja última versão, referente ao período até 2021, inclui 2.694 municípios em todo o território nacional, divididos em 333 regiões turísticas. Neste ano, os estados e municípios contaram com novos critérios, compromissos e recomendações estabelecidos pelo Ministério do Turismo, entre eles a obrigação de participação em instância de governança e em Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

Para a confecção do mapa, são consideradas quatro variáveis que refletem o desempenho da economia do turismo em cada localidade: número de empregos e de estabelecimentos formais no setor e as estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais.

As variáveis selecionadas são cruzadas em uma análise de *cluster* (agrupamento) e dão origem a cinco categorias de municípios. Assim, os municípios que possuem médias semelhantes nas quatro variáveis analisadas estão reunidos em uma mesma categoria (A, B, C, D ou E). Logo, o desempenho da economia do turismo de cada município brasileiro foi medido a partir das médias de dados sobre fluxo e hospedagem.

Na categoria A, estão incluídos os municípios com maior desempenho da economia do turismo; em E, os municípios com menor desempenho. A categoria A, de cor verde no mapa, tem 69 municípios distribuídos pelo território nacional. O grupo B, de cor azul, é integrado por 274 municípios brasileiros. O grupo C, de cor amarela, inclui 499 municípios. A maior concentração, de 1.555 municípios, refere-se ao grupo D. A categoria E reúne 380 municípios de menor fluxo de turistas e menos empregos formais no setor.

---

10 - <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 26/09/2019.

Segundo a Portaria 39/2017 do MTur, somente municípios classificados entre A e D podem formalizar instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do programa Turismo e respectivas ações orçamentárias que visem ao desenvolvimento, à promoção, à comercialização, à divulgação do turismo.

Entre os 83 municípios fluminenses categorizados, destacam-se sete municípios incluídos na categoria A e 17 municípios na categoria B. Juntos, esses 24 destinos representam 29% dos 92 municípios fluminenses, uma alta concentração, considerando-se que, na média nacional, esse índice não ultrapassa 11,84%. Na edição anterior do mapa, eram oito os municípios fluminenses inseridos na categoria A e 12 na categoria B.

A maior frequência em território fluminense se apresenta na categoria D, como evidencia a tabela a seguir.

Tabela 6: Distribuição dos municípios fluminenses por categoria turística

<b>Categoria</b>	<b>Nº de casos</b>	<b>% de casos</b>
A	7	8.43%
B	17	20.5%
C	23	27.7%
D	33	39.8%
E	3	3.61%
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>100%</b>

Fonte: Mapa do Turismo

Nesta última edição do mapa, em território fluminense, restaram sem categorizaçãoturística Araruama, Belford Roxo, Cambuci, Conceição de Macabu, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto e Seropédica.

## Potencial turístico dos municípios fluminenses

O Estado do Rio de Janeiro dispõe, desde 2001, do seu Plano Diretor de Turismo. É um instrumento básico para intervenções no setor que estabelece, com base no inventário do potencial turístico das regiões que compõem o estado, as ações de planejamento, promoção e execução da política estadual de turismo.

Com base no plano, o Estado do Rio de Janeiro apresenta 12 regiões turísticas, ajustadas conforme processos de negociação e validação em instâncias e oportunidades diversas, como ilustra o mapa a seguir<sup>12</sup>.

---

11 - A Turisrio identifica como Baixada Fluminense a região turística denominada Baixada Verde no Mapa do Turismo elaborado pelo Ministério do Turismo.



Fonte: Turisrio

O conjunto formado pela Região Metropolitana, a Costa do Sol, a Costa Verde, a Serra Verde Imperial, as Agulhas Negras e o Vale do Café é considerado estratégico para o desenvolvimento do turismo. Essas seis regiões apresentam produtos e roteiros já consolidados ou com potencial de rápida consolidação, com vistas à comercialização.

Paty do Alferes faz parte da região turística Vale do Café, juntamente com Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

No Mapa do Turismo, Paty do Alferes pertence à categoria D.

Quadro 4: Categorização do município com base na economia do turismo

Região Turística	Vale do Café
Turistas domésticos	2.350
Turistas internacionais	129
Estabelecimentos formais no setor de hospedagem	4
Empregos	43
Categoria	D

Fonte: Mapa do Turismo

## Aspectos culturais

O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura para mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios. Trata-se de um portal bilíngue na internet<sup>13</sup> contendo informações sobre espaços culturais, festas tradicionais e festivais de cultura, patrimônios materiais e imateriais, além de artistas, personagens e grupos locais. Alguns destaques em Paty do Alferes são os seguintes:

### Patrimônio material

*Igreja de Nossa Senhora da Conceição* – Adornada com belas imagens do século XVII, faz parte da história de personagens ilustres de Paty do Alferes: nela, foram batizados o autor da letra do Hino Nacional Brasileiro, Joaquim Osório Duque Estrada, e a filha do valente escravo Manuel Congo, Concórdia. Em 1943, a igreja sofreu uma ampla reforma e recebeu, em seu centenário, uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, datada do século XVIII.



*Câmara Municipal* – Datado de 1881, o prédio é ladeado por palmeiras imperiais e seu interior decorado com azulejos portugueses. Largo da Matriz.

*Fazenda Pau Grande* – A sede suntuosa foi construída entre 1797 e 1810. Dedicou-se à lavoura de café e se tornou uma das mais importantes produtoras do vale do Paraíba. O casarão com planta em forma de “U” tem as duas alas unidas por capela e ainda guarda mobiliário e fotos de época. Possui 17 janelas de frente, das quais 16 com balcão de ferro. Tem um pátio nos fundos e, na frente, estão as antigas instalações do grande engenho. A visita só é permitida com autorização prévia. Em Avelar.

### Patrimônio imaterial

*Banda Maestro José Figueira* – A banda oficial foi criada em 1990, em homenagem ao maestro que, há mais de 60 anos, lutou para manter a tradição musical na cidade. Com sede no Centro Cultural Maestro José Figueira, faz apresentações periódicas que visam valorizar e difundir a música popular brasileira. Praça Manoel Congo.

### Agenda

*Festival Vale do Café* – Realizado desde 2003, o festival tem como objetivo a valorização da história, da arquitetura, da gastronomia e da cultura dos municípios do vale do Paraíba. Em Paty do Alferes, o público é contemplado com jantares temáticos do século XIX e apresentações de jongo, capoeira, maculelê, folia de reis e calango. Em julho.

*Festa do Doce* – É um festival gastronômico que oferece variados produtos artesanais, além de visitas às cozinhas nas quais são preparadas as grandes atrações do evento: geleias, bombons e conservas. O cardápio tem como ingrediente principal a fruta que divulga o município por todo o país, o tomate. Os estandes de venda e degustação

---

12 - <http://mapadecultura.rj.gov.br/>. Última visita em agosto de 2019.

são montados na antiga estação ferroviária. Durante a Semana Santa, na Praça George Jacob Abdue.

*Festa do Tomate* – Inspirado na Festa da Uva, de Caxias do Sul – RS, o evento é uma das grandes atrações de Paty do Alferes. A festa ganhou impulso com a inauguração do parque de exposição Amaury Monteiro Pullig. Além das iguarias doces e salgadas, é animada por atrações musicais e concursos. No feriado de Corpus Christi, em Avelar.

*Folia de Reis* – Paty do Alferes tem nove folias atuantes, algumas há mais de 20 anos e com aproximadamente 50 integrantes.

*Festival Café, Cachaça e Chorinho* – Paty do Alferes é uma das 13 cidades que participam do evento. Desde 2004, a festa acontece durante dez dias, com atrações como shows musicais, espetáculos teatrais, apresentação de danças regionais, palestras, degustação gastronômica e exposições de alambiques e artesanato. Em abril.

*Carnaval* – Entre a sexta-feira pré-carnavalesca e a terça-feira de carnaval, 18 blocos animam Paty do Alferes. A festa é tranquila e familiar.

*Festival de Teatro* – É realizado no período de férias do meio do ano, com espetáculos na Aldeia de Arcozelo e no Centro Cultural Maestro José Figueira. Os grupos teatrais de Paty do Alferes que participam são Grupo Etapa, Toda Hora É Hora, Arte na Garagem, Cena Seguinte e Terceira Margem.

*Expo orquídeas e bromélias* – Produtores locais, regionais e nacionais expõem e comercializam diferentes espécies das plantas. A Expo tem média de 20 mil visitantes por ano e conta com shows musicais e praça de alimentação.

## Espaços culturais

*Centro Cultural Maestro José Figueira* – Promove espetáculos teatrais, atividades de incentivo à leitura, exposições, cursos variados, exibição de filmes e apresentações multimídia. Sua maior atração é o Teatro Ivan Gomes Bernardes, com capacidade para 110 espectadores. Em suas instalações funciona a biblioteca municipal Osório Duque Estrada, com mais de três mil títulos. Também abriga a galeria de artes Dulce Pinheiro Bernardes. Praça Manoel Congo.

*Museu da Cachaça* – O primeiro museu brasileiro dedicado à mais brasileira das bebidas foi fundado em 1991, com um acervo vasto e peculiar que é apresentado aos visitantes ao lado de quadros, crônicas, artigos, livros especializados, trovinhas, documentos históricos e um antigo minialambique de cobre. O Museu da Cachaça conta com cerca de 1,4 mil marcas de aguardente de todas as regiões do país e sua catalogação, original e divertida, é feita pelos temas dos rótulos das garrafas: índios, mulheres, futebol, tipos regionais, sítios, vestuário e pais de santo, entre outros. Rua Nova Mantiquira

*Aldeia de Arcozelo* – Ocupa a região onde surgiu, em 1792, o marco zero do desenvolvimento de Paty do Alferes: a fazenda da Freguesia. Na segunda metade do século XX, a propriedade começou a ser estruturada como complexo cultural. Doador na década de 50 ao

embaixador Paschoal Carlos Magno, idealizada para ser um centro de repouso para artistas e abrigar um colégio de artes, a aldeia recebeu benfeitorias. Foram construídos o anfiteatro Itália Fausta, todo em pedra, o teatro Renato Vianna, uma

biblioteca, salas para exposições e oficinas, além de uma área reservada para hospedagem e alimentação. O espaço conta ainda com a capela Nossa Senhora dos Escravos e o Memorial Manoel Congo. Desde 2001, a Aldeia de Arcozelo é propriedade da Funarte e sedia, anualmente, no mês de julho, o Festival de Teatro Amador do estado. Avenida Paschoal Carlos Magno, Arcozelo.

## Destaques

*Samba no Parque* – Dos anos 60 até hoje, o grupo já teve outros nomes, como Gargalos da Floresta e Raízes do Samba. Seus 12 componentes tocam e cantam samba de raiz, em reuniões mensais marcadas em diferentes bares de Paty do Alferes.

*A Palha Que Vira Flor* - As delicadas flores produzidas pelas mãos ágeis da artesã Marta da Gama.

*Grupo Etapa* – Reconhecido em Paty do Alferes por seus 30 anos de atividades, seus componentes ensaiam e montam espetáculos durante o ano no Centro Cultural Maestro José Figueira e no anfiteatro ao ar livre da Aldeia de Arcozelo. É o mais antigo grupo teatral da cidade.

## I - SUSTENTABILIDADE

A Agenda 2030 reúne os três pilares da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Na agenda, a ser cumprida globalmente, estão definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, com temas diversos.



O ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis propõe transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos<sup>14</sup>. Orienta o planejamento das cidades em temas como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, além do aumento da resiliência dos assentamentos humanos. Está alinhado à Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.



O ODS 6 – Água Potável e Saneamento consiste em assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Os recursos hídricos, bem como os serviços a ele associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental.

### Mobilidade urbana

As políticas de uso e ocupação do solo devem promover a formação de cidades mais compactas e sem vazios urbanos, onde a dependência dos deslocamentos motorizados seja minimizada, atendendo assim à Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cujo objetivo é melhorar e tornar mais acessíveis os diferentes modos de transporte, proporcionando maior mobilidade de pessoas e cargas no país.

Na visão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea<sup>15</sup>, as altas taxas de urbanização e a dispersão territorial elevam as distâncias e o tempo dos deslocamentos diários, tornando a população cada vez mais dependente dos sistemas de transporte.

A política de mobilidade urbana deve estar alinhada às demais políticas setoriais, como saneamento básico e gestão do uso do solo, de forma a estabelecer um programa completo em que toda a infraestrutura urbana esteja adequadamente resolvida e interligada como um único organismo, consoante previsto no inciso I do art. 6º da lei.

A Lei de Mobilidade Urbana determina que os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborem o Plano de Mobilidade Urbana – PMU como requisito para acesso a recursos federais destinados a investimento no setor. Os prazos foram alterados pela Lei 14.000/20, que ampliou até abril/2022 o limite para cumprimento da

- 
- 13 - Plataforma Agenda 2030, disponível em <http://www.agenda2030.org.br/>. Realização: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.
- 14 - A Nova Lei de Diretrizes da Política de Mobilidade Urbana. Caderno de referência para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Comunicado Ipea. 2015.

exigência pelos municípios com população superior a 250 mil habitantes. Os municípios com até 250 mil habitantes devem fazê-lo até abril/2023.

A relação de municípios obrigados a elaborar o PMU também foi alterada pela Lei 14.200/20. Além de cidades com mais de 20 mil habitantes, a obrigação alcança localidades que fazem parte de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ripes) que, ao todo, tenham mais de um milhão de habitantes. O mesmo vale para municípios de interesse turístico, incluídos os litorâneos.

## Transporte

A Constituição Federal de 1988, no inciso V do art. 30, estabelece que compete aos municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.

A Lei de Mobilidade Urbana atribui também aos municípios a responsabilidade em “planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano”.

Os resultados da Munic 2020, pesquisada pelo IBGE, mostram que Paty do Alferes o setor de transporte está subordinado a outra secretaria. Não dispõe de Fundo Municipal de Transporte, nem de Conselho Municipal de Transporte.

O município tem os seguintes serviços regulares de transporte de passageiros: ônibus intermunicipal (que atende também ao deslocamento entre bairros), ciclovia, bicicletário e táxi.

A isenção formal da tarifa de ônibus atende as seguintes categorias: maiores de 60/65 anos, pessoas portadoras de deficiência física, ciclovia, policiais, crianças menores de 5 anos e estudantes da rede pública.

Não existe isenção formal das tarifas de transporte.

## Saneamento básico

A Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007) trata do conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

A Lei 14.026/2020 atualizou o marco legal do saneamento, com o objetivo de dar segurança jurídica e destravar investimentos privados no setor. A lei exige que as concessões devem ser precedidas de licitação, mas os atuais contratos serão mantidos até o fim do prazo pactuado.

## **Abastecimento de água e esgotamento sanitário**

Em 2021, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae vendeu a concessão dos serviços de distribuição de água e saneamento em 50 municípios fluminenses, incluindo a capital. Os consórcios vencedores devem realizar investimentos de quase R\$ 30 bilhões até 2033, para assegurar o acesso à água potável a 99% da

população e coletar e tratar o esgoto de 90%. O prazo de concessão é de 35 anos, com possibilidade de prorrogação.

Os lotes 1 e 4 do leilão, reunindo 27 municípios, foram arrematados pela concessionária Águas do Rio, do grupo Aegea. Além de parte da capital fluminense, esse prestador será responsável pelos serviços nas seguintes cidades:

Quadro 5: Municípios atendidos pela concessionária Águas do Rio

Município	Bairro/Distrito	Município	Bairro/Distrito
Aperibé	todos	Maricá	todos
Belford Roxo	todos	Mesquita	todos
Cachoeiras de Macacu	todos	Miracema	todos
Cambuci	todos	Nilópolis	todos
Cantagalo	todos	Nova Iguaçu	todos
Casimiro de Abreu	Barra de São João	Queimados	todos
Cordeiro	todos	Rio Bonito	todos
Duas Barras	todos	São Francisco de Itabapoana	todos
Duque de Caxias	todos	São Gonçalo	todos
Itaboraí	todos	São João de Meriti	todos
Itaocara	todos	São Sebastião do Alto	todos
Japeri	todos	Saquarema	Jaconé
Magé	todos	Tanguá	todos

O lote 2 do leilão, arrematado pela concessionária Iguá Saneamento, além de bairros da capital, foi formado por dois municípios da região Centro-Sul:

Quadro 6: Municípios atendidos pela concessionária Iguá Saneamento

Município	Bairro/Distrito	Município	Bairro/Distrito
Miguel Pereira	todos	Paty do Alferes	todos

O lote 3, inicialmente formado por seis cidades fluminenses e mais alguns bairros da Zona Oeste da capital, não foi arrematado no primeiro leilão. O bloco foi reformulado, com a inclusão de 14 municípios, e com este arranjo foi realizado um segundo leilão, ainda em 2021, vencido pela concessionária Águas do Brasil.

Quadro 7: Municípios arrematados em 2021 pela concessionária Águas do Brasil

<b>Município</b>	<b>Bairro/Distrito</b>	<b>Município</b>	<b>Bairro/Distrito</b>
Bom Jardim	todos	Pirai	todos
Bom Jesus do Itabapoana	todos	Rio Claro	todos
Carapebus	todos	Rio das Ostras	todos
Carmo	todos	São Fidélis	todos
Itaguaí	todos	São José de Ubá	todos
Itatiaia	todos	Sapucaia	todos
Macuco	todos	Seropédica	todos
Natividade	todos	Sumidouro	todos
Paracambi	todos	Trajano de Moraes	todos
Pinheiral	todos	Vassouras	todos

A situação dos municípios não incluídos no leilão segue como se vê no próximo quadro. A relação apresenta os que possuem serviço autônomo, os que continuarão a ser atendidos pela Cedae e os que já haviam sido concedidos à iniciativa privada.

Quadro 8: Municípios não incluídos nos leilões de 2021

Município	Prestador	Município	Prestador
Angra dos Reis	Cedae/SAAE*	Nova Friburgo	Águas do Brasil
Araruama	Águas do Brasil	Paraíba do Sul	Águas do Brasil
Areal	Prefeitura	Paraty	Águas do Brasil
Armação dos Búzios	Prolagos	Petrópolis	Águas do Brasil
Arraial do Cabo	Prolagos	Porciúncula	Cedae
Barra do Pirai	Cedae/Prefeitura	Porto Real	Prefeitura
Barra Mansa	SAAE	Quatis	Prefeitura
Cabo Frio	Prolagos	Quissamã	Cedae
Campos dos Goytacazes	Águas do Brasil	Resende	Águas do Brasil
Cardoso Moreira	Cedae	Rio das Flores	Cedae
Com. Levy Gasparian	SAAE	Santa Maria Madalena	Cedae
Conceição de Macabu	Prefeitura	Santo Ant. de Pádua	Águas de Pádua
Eng. Paulo de Frontin	Cedae	São João da Barra	Cedae
Guapimirim	Fontes da Serra	São José V. R. Preto	Águas do Rio Preto
Iguaba Grande	Prolagos	São Pedro da Aldeia	Prolagos
Italva	Cedae	Saquarema	Águas do Brasil
Itaperuna	Cedae	Silva Jardim	Águas do Brasil
Laje do Muriaé	Cedae	Teresópolis	Cedae
Macaé	Cedae	Três Rios	SAAE
Mangaratiba	Cedae	Valença	Cedae
Mendes	Prefeitura	Varre-Sai	Cedae
Niterói	Águas do Brasil	Volta Redonda	SAAE

\* Serviço Autônomo de Água e Esgoto

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Snis, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, apresenta anualmente um panorama do saneamento básico, com base em dados coletados junto aos prestadores de serviços e órgãos gestores dos municípios. Em 2021, foram disponibilizados os resultados para as pesquisas referentes ao ano-base 2020<sup>16</sup>.

A tabela a seguir demonstra a situação de Paty do Alferes em relação à distribuição de água tratada.

Tabela 7: Informações e indicadores agregados – Água potável – Município – 2020

Indicador	Quantidade
População total atendida com abastecimento de água (habitantes)	19.642
Índice de atendimento total de água (%)	70,51
Consumo médio <i>per capita</i> de água (litros/hab. dia)	132,3
Índice de perdas na distribuição (%)	62,09

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

---

15 - Disponível em <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>.

A próxima tabela traz as informações sobre o esgotamento sanitário:

Tabela 8: Informações e indicadores agregados – Serviços de esgoto – Município – 2020

Indicador	Quantidade
População total atendida com esgotamento sanitário (habitantes)	16.825
Índice de atendimento total de esgoto (%)	60,4
Volume de esgotos coletado (1.000 m <sup>3</sup> /ano)	1.246,15
Índice de tratamento de esgoto (%)	5,55

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

## Coleta e destinação de resíduos sólidos

Em relação aos resíduos sólidos, os municípios fluminenses, em sua maior parte, fazem parte de arranjos regionais<sup>17</sup> ou consórcios públicos, consoante a Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB (Lei Federal nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010). Esses modelos preveem o compartilhamento de serviços ou atividades de interesse comum, permitindo maximizar os recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros existentes em cada um deles, de modo a gerar economia de escala.

Assim como faz com os indicadores do serviço de água e esgoto, o Snis divulga anualmente o Diagnóstico de Resíduos Sólidos. Já o Instituto Estadual do Ambiente – Inea traça um cenário para a disposição final dos resíduos. Paty do Alferes faz parte de arranjo regional e dispõe seus resíduos sólidos urbanos em aterro situado no município de Vassouras, conforme o quadro a seguir:

Quadro 9: Informações e fluxos – Resíduos sólidos – Município – 2020

Órgão gestor	Prefeitura Municipal de Paty do Alferes
Compartilhamento	Região Serrana III
Unidade de processamento	Aterro Consorciado Vale do Café – Convale
Tipo de unidade	Aterro sanitário
Quantidade total de resíduos coletados	5.643,9 ton./ano

Fontes: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Snis e Instituto Estadual do Ambiente – Inea

## Águas pluviais

Por fim, o Diagnóstico de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas<sup>18</sup> traz informações sobre 76 municípios fluminenses, abrangendo 92,5% da população urbana estadual. Conforme o

estudo, na área urbana de Paty do Alferes há um percentual de 41,5% de vias públicas com pavimentação e meio-fio e 1% com redes ou canais pluviais

---

16 - Os arranjos regionais são formados por municípios que, mesmo sem estarem ainda organizados em consórcios intermunicipais, levam seus resíduos para uma central de tratamento de resíduos ou aterro sanitário comum.

17 - Disponível em <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais>.

subterrâneos. O modelo de drenagem urbana adotado é combinado (parte do sistema é exclusivo e parte é unitário).

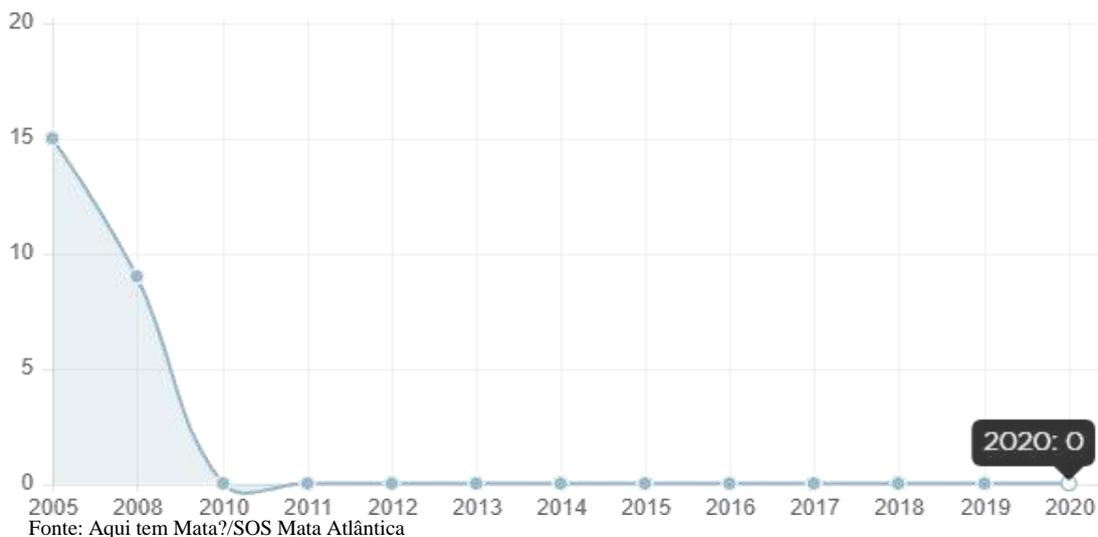
O diagnóstico indica que o município não dispõe de Sistema de Alerta de Riscos Hidrológicos (alagamentos, enxurradas e inundações) e mapeamento de áreas de risco de inundações dos cursos d'água. Nos cinco anos anteriores à pesquisa, 42 habitantes de Paty do Alferes ficaram desabrigados ou foram desalojados na área urbana devido a eventos.

## Cobertura florestal

A floresta tem importantes funções como proteger e regular o fluxo de mananciais hídricos, regular o clima, amenizar desastres como enchentes, secas e tempestades, manter o ciclo hidrológico (ao absorver, filtrar e promover a qualidade da água) e prevenir a erosão do solo, mantendo sua estrutura e estabilidade<sup>19</sup>.

No período 2019/2020, o percentual de cobertura florestal em Paty do Alferes alcançava 7,38% do território original, o correspondente a 2.352 hectares de mata atlântica<sup>20</sup>. Não foi registrado desmatamento neste ciclo, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 7: Desmatamento do território municipal, em hectares, entre os anos 2005 e 2020



## ICMS ecológico

Criado a partir da Lei Estadual nº 5.100, de 4/10/2007, o ICMS ecológico corresponde ao repasse de 2,5% do ICMS total arrecadado pelo estado.

Estão habilitados ao recebimento deste recurso os municípios que implantaram um sistema municipal de meio ambiente composto, no mínimo, por Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, órgão administrativo executor da

---

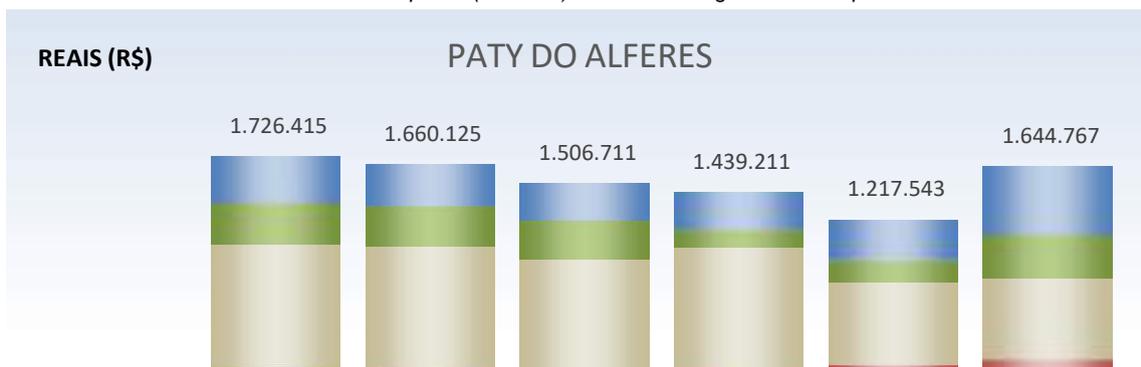
18 - Mata Atlântica: manual de adequação ambiental. Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF. 2010.

19 - <http://aquitemmata.org.br/#/>. Acesso em julho de 2019.

política ambiental municipal e guarda municipal ambiental. Foram adotados os seguintes parâmetros para distribuição: 45% vinculados à existência e ao grau de implementação de áreas protegidas, 30% alocados com base na qualidade ambiental dos recursos hídricos e 25% associados à disposição final adequada de resíduos sólidos.

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que integram o Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA, base para o cálculo de distribuição do ICMS ecológico. São seis os subíndices que compõem o IFCA: relativo a tratamento de esgoto (IrTE), à destinação final de resíduos sólidos urbanos (IrDL), à remediação de vazadouros (IrRV), aos mananciais de abastecimento (IrMA), bem como à existência e efetiva implantação de áreas protegidas (IrAP), com um percentual específico destinado às áreas criadas pelos municípios (IrAPM).

Gráfico 8: Estimativa de repasse (em reais) do ICMS ecológico ao município - 2015-2020



	2015	2016	2017	2018	2019	2020
■ IrAPM	371.842	332.799	296.381	293.103	313.414	535.945
■ IrAP	328.659	317.571	304.900	142.937	180.552	350.855
■ IrMA	-	-	-	-	-	-
■ IrRV	-	-	-	-	-	-
■ IrDR	1.003.613	989.913	889.938	983.621	655.102	653.406
■ IrTE	22.301	19.843	15.492	19.551	68.476	104.560
■ IFCA	1.726.415	1.660.125	1.506.711	1.439.211	1.217.543	1.644.767

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos da Secretaria de Estado do Ambiente.

## II - INDICADORES SOCIAIS

### Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH foi criado pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países a partir de três indicadores: educação, longevidade e renda. O primeiro é uma combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudo esperados da população jovem, o segundo é medido pela expectativa de vida da população ao nascer eo terceiro é dado pela renda média nacional *per capita* medida em dólar-PPC (paridadedo poder de compra).

O índice varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

Com IDH de 0,765<sup>21</sup>, o Brasil caiu cinco posições e agora ocupa o 84º lugar do *ranking*, entre 189 países e territórios reconhecidos pela ONU. Na América do Sul, além de Chile, Argentina e Uruguai, também Peru e Colômbia aparecem à frente do Brasil na última lista divulgada, em dezembro de 2020.

Tabela 9: Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – América do Sul

Ranking	País	IDH	Expectativa de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos na escola	RNB <i>per capita</i> PPC
muito alto desenvolvimento humano						
43	Chile	0,851	80,2	16,4	10,6	23.261
46	Argentina	0,845	76,7	17,7	10,9	21.190
55	Uruguai	0,817	77,9	16,8	8,9	20.064
alto desenvolvimento humano						
79	Peru	0,777	76,7	15,0	9,7	12.252
83	Colômbia	0,767	77,3	14,4	8,5	14.257
<b>84</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,765</b>	<b>75,9</b>	<b>15,4</b>	<b>8,0</b>	<b>14.263</b>
86	Equador	0,759	77,0	14,6	8,9	11.044
97	Suriname	0,738	71,7	13,2	9,3	14.324
103	Paraguai	0,728	74,3	12,7	8,5	12.224
107	Bolívia	0,718	71,5	14,2	9,0	8.554
113	Venezuela	0,711	72,1	12,8	10,3	7.045
médio desenvolvimento humano						
122	Guiana	0,682	69,9	11,4	8,5	9.455

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

Entre 1990 e 2019, o Brasil avançou da faixa de médio desenvolvimento humano para a de alto desenvolvimento. No intervalo entre 2014 e 2019, porém, o país perdeu duas posições no *ranking* global. A tabela a seguir apresenta o IDH e as médias de crescimento conforme o período estudado.

---

20 - Human Development Report 2020, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, disponível em <http://hdr.undp.org/en>.

Tabela 10: Tendências do IDH do Brasil – 1990-2019

Índice de Desenvolvimento Humano								Crescimento anual médio do IDH (%)			
1990	2000	2010	2014	2015	2017	2018	2019	1990-2000	2000-2010	2010-2019	1990-2019
0,613	0,685	0,727	0,756	0,756	0,761	0,762	0,765	1,12	0,60	0,57	0,77

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

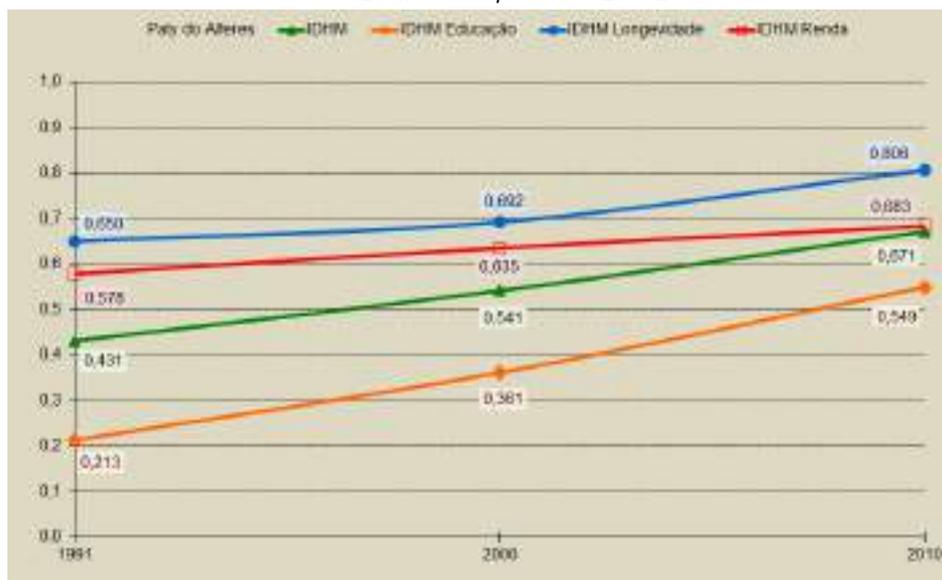
A ONU também avaliou o Índice de Desenvolvimento Humano dos países ajustado pela desigualdade. Se for tomado este critério, o Brasil apresentaria um IDH de valor 0,570 e despencaria 20 posições no *ranking* global.

## IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é calculado pelo Pnud, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais) com uma série de ajustes para se adaptar à realidade brasileira. O resultado divulgado em 2013, baseado nas informações do Censo 2010, está publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (<http://atlasbrasil.org.br/2013/>). Para possibilitar a comparação com os resultados do IDHM de 1991 e 2000, estes foram recalculados conforme as adaptações metodológicas introduzidas na versão atual.

Paty do Alferes está situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Como mostra o gráfico a seguir, o IDHM passou de 0,580, em 1991, para 0,771, em 2010. Isso implica um crescimento de 32,93%. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (mais 0,315), seguida por renda e por longevidade.

Gráfico 9: IDHM – Município – 1991-2000-2010



Fonte: Elaboração própria. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud

## **Ranking**

Paty do Alferes ocupa a 2.642ª posição em relação a 5.565 municípios do Brasil.

Em relação aos outros municípios do Rio de Janeiro, está na 76ª posição.

Tabela 11: Ranking do IDHM – Municípios do Estado do Rio de Janeiro

1º - Niterói	0,837	23º - Natividade	0,730	47º - São Pedro da Aldeia	0,712	70º - Areal	0,684
2º - Rio de Janeiro	0,799	23º - Itaperuna	0,730	47º - Conc. de Macabu	0,712	70º - Belford Roxo	0,684
3º - Rio das Ostras	0,773	26º - Barra Mansa	0,729	49º - Duque de Caxias	0,711	72º - Rio Claro	0,683
4º - Volta Redonda	0,771	26º - Cordeiro	0,729	50º - Rio Bonito	0,710	73º - Rio das Flores	0,680
5º - Resende	0,768	28º - Armação dos Búzios	0,728	51º - Saquarema	0,709	73º - Queimados	0,680
6º - Maricá	0,765	29º - Casimiro de Abreu	0,726	51º - Cantagalo	0,709	75º - Sapucaia	0,675
7º - Macaé	0,764	30º - Três Rios	0,725	51º - Magé	0,709	<b>76 - Paty do Alferes</b>	<b>0,671</b>
8º - Iguaba Grande	0,761	31º - Angra dos Reis	0,724	54º - Pirai	0,708	76º - São João da Barra	0,671
9º - Mangaratiba	0,753	32º - Engo. Paulo de Frontin	0,722	55º - Quissamã	0,704	78º - Laje do Muriaé	0,668
9º - Nilópolis	0,753	33º - Paracambi	0,720	56º - Macuco	0,703	78º - Santa M. Madalena	0,668
11º - Petrópolis	0,745	34º - São João de Meriti	0,719	57º - Paraíba do Sul	0,702	80º - Trajano de Moraes	0,667
11º - Nova Friburgo	0,745	35º - Santo Ant. de Pádua	0,718	58º - Cachoeiras de Macacu	0,700	81º - Bom Jardim	0,660
11º - Miguel Pereira	0,745	35º - Araruama	0,718	59º - Guapimirim	0,698	81º - São J. V. R. Preto	0,660
14º - São Gonçalo	0,739	37º - Campos dos Goytacazes	0,716	60º - Porciúncula	0,697	83º - Duas Barras	0,659
15º - Valença	0,738	38º - Itaguaí	0,715	61º - Carmo	0,696	83º - Japeri	0,659
16º - Mesquita	0,737	38º - Pinheiral	0,715	62º - Itaboraí	0,693	83º - Varre-Sai	0,659
16º - Itatiaia	0,737	40º - Vassouras	0,714	62º - Paraty	0,693	86º - Tanguá	0,654
18º - Mendes	0,736	41º - Porto Real	0,713	64º - Aperibé	0,602	86º - Silva Jardim	0,654
19º - Cabo Frio	0,735	41º - Miracema	0,713	65º - Cambuci	0,691	88º - São José de Ubá	0,652
20º - Barra do Pirai	0,733	41º - Nova Iguaçu	0,713	65º - São Fidélis	0,691	89º - Cardoso Moreira	0,648
20º - Arraial do Cabo	0,733	41º - Carapebus	0,713	67º - Quatis	0,690	90º - São Seb. do Alto	0,646
22º - Bom J. do Itabapoana	0,732	41º - Itaocara	0,713	68º - Italva	0,688	91º - São F. Itabapoana	0,639
23º - Teresópolis	0,730	41º - Seropédica	0,713	69º - Com. Levy Gasparian	0,685	92º - Sumidouro	0,611

 IDHM muito alto
  alto
  médio



## Educação

Os principais indicadores da área educacional serão analisados nas páginas a seguir

.

## Remuneração dos professores

A partir do pareamento das bases de dados do Censo Escolar com a Relação Anual de Informações Sociais – Rais, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, ligado ao Ministério da Educação, calcula a remuneração média dos docentes em exercício na educação básica brasileira<sup>22</sup>.

Para chegar à remuneração média, a jornada de trabalho foi padronizada. O levantamento, atualizado no final de 2020 com dados referentes a 2017, revela que a maior remuneração é dos professores da rede federal de ensino, que atuam, prioritariamente, no Ensino Médio. A rede municipal, com número de docentes 35 vezes maior que a federal, paga menos da metade. E a rede privada tem os salários mais baixos.

O resultado está expresso na tabela a seguir.

---

21 - Ver Nota Técnica / A remuneração média dos docentes em exercício na educação básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da Rais. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes>.

Tabela 12: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Brasil – 2017

Rede de ensino	Número de docentes (Censo Escolar)	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
Federal	35.240	39,5	R\$ 11.211,04
Estadual	702.437	29,7	R\$ 4.310,67
Municipal	1.218.859	30,3	R\$ 4.103,83
Público (total)	1.956.536	30,2	R\$ 4.331,99
Privada	538.867	29,9	R\$ 3.298,98

Fonte: Inep/MEC

Ao avaliar a remuneração média bruta da rede estadual por unidade da federação, o Inep observa que 14 estados<sup>23</sup> tiveram queda real (descontada a inflação) entre 2012 e 2017. Alagoas foi o estado que teve maior redução no período com 29,2% de desvalorização da remuneração média. Por outro lado, Mato Grosso foi o estado que teve maior aumento real, 41,3% de 2012 para 2017. Neste ano, o Estado do Rio de Janeiro era o 11º no *ranking* das redes estaduais e o quadro observado era o seguinte:

Tabela 13: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Estado do Rio de Janeiro – 2017

Rede de ensino	Número de docentes (Censo Escolar)	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
Estadual	39.426	25,5	R\$ 3.360,87
Público (total)	125.898	29,4	R\$ 4.581,89
Privada	64.149	29,9	R\$ 2.928,57

Fonte: Inep/MEC

Em relação aos municípios, na pesquisa do Inep, não há valores de remuneração e carga horária para os docentes de Mendes, São Francisco de Itabapoana e São João de Meriti<sup>24</sup>.

Três municípios fluminenses – Teresópolis, Macaé e Petrópolis – figuram entre os 20 maiores valores de remuneração média no país. A tabela a seguir traz os números referentes a Paty do Alferes:

Tabela 14: Remuneração média ponderada por carga horária padronizada – Município – 2017

Ranking estadual	Ranking nacional	Número de docentes (Censo Escolar)	% localizados na Rais	Carga horária média semanal	Média padronizada 40 horas semanais em R\$
60	3.008	155	88,4	24,6	3.182,67

Fonte: Inep/MEC

## Programme for International Student Assessment – Pisa

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, uma de suas iniciativas é o Pisa: uma avaliação internacional padronizada para

- 
- 22 - A série histórica desconsidera os estados do Rio de Janeiro e Amapá, ambos com inconsistência na informação relativa a algum dos anos.
- 23 - Remuneração localizada na Rais para menos de 60% dos docentes registrados no Censo Escolar 2017.

estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, começando em 2000 e repetindo-se até 2018. Os testes medem o desempenho dos alunos nas áreas de leitura, matemática e ciências.

A edição de 2018 do Pisa, cujos resultados foram divulgados no final de 2019<sup>25</sup>, reuniu 79 participantes, incluindo algumas economias que não podem ser consideradas países, como Hong Kong, Macau, Shanghai e Taiwan. No mapa a seguir, os países da OCDE estão representados em cinza e os demais parceiros em azul.



Fonte: OCDE

Participaram 600 mil estudantes. Juntos, eles representam cerca de 32 milhões de pessoas de 15 anos de idade matriculados nas escolas dos países participantes. No Brasil, 10.691 alunos de 638 escolas fizeram a prova em 2018, representando o universo elegível de 2.036.861 estudantes na data do exame<sup>26</sup>.

A tabela a seguir evidencia a quantidade de escolas e estudantes por região geográfica:

Tabela 15: Quantitativo de escolas e estudantes das amostras efetiva e ponderada por região geográfica - Pisa 2018

AMOSTRA EFETIVA			
	Escolas	Estudantes participantes <sup>27</sup>	Estudantes ponderados <sup>28</sup>
<b>Norte</b>	51	982	172.016
<b>Nordeste</b>	187	3.313	556.533
<b>Sul</b>	90	1.523	302.669
<b>Sudeste</b>	224	4.060	868.275
<b>Centro-Oeste</b>	45	813	137.367
<b>Brasil</b>	597	10.961	2.036.861

Fonte: OCDE, Inep

24 - <http://portal.inep.gov.br/pisa>.

25 - <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/02/dados-da-avaliacao-mundial-de-educacao-serao-divulgados-nesta-terca-feira.ghtml>. Acesso em

03/12/2019.

26 - Número de estudantes que foram amostrados com base na lista encaminhada pelas escolas e que participaram dos testes respondendo a mais da metade dos itens cognitivos em formulário próprio ou que tiveram, pelo menos, uma resposta nos testes cognitivos e uma quantidade mínima de itens respondidos no questionário do estudante do Pisa 2018.

27 - Correspondência dos estudantes da amostra efetiva na representatividade nacional dos estudantes elegíveis do Pisa.

A próxima tabela mostra a alocação dos alunos participantes por dependência administrativa, localização, área e ano escolar:

Tabela 16: Participação dos alunos brasileiros por dependência administrativa, região e ano/série

Variáveis	Amostra	Amostra Poderada	
	N	N	%
<b>Dependência administrativa</b>			
Federal	279	50.521	2,5
Estadual	7.732	1.390.872	68,3
Municipal	1299	278.258	13,7
Privada	1.381	317.209	15,6
<b>Localização</b>			
Urbana	10.271	1.937.457	95,1
Rural	420	99.404	4,9
<b>Área</b>			
Capital	2.462	463.253	22,7
Interior	8.299	1.573.607	77,3
<b>Ano Escolar</b>			
7º Ano do EF	378	82.496	4,1
8º Ano do EF	744	164.666	8,1
9º Ano do EF	1.312	275.523	13,5
1ª Série do EM	3.430	682.375	33,5
2ª Série do EM	4.608	800.827	39,3
3ª Série do EM	219	30.974	1,5
<b>Brasil</b>	<b>10.691</b>	<b>2.036.861</b>	<b>100</b>

Fonte: OCDE, Inep

O Pisa 2018 teve foco em leitura, que foi objeto de um número maior de questões na prova. O desempenho do Brasil, incluindo as áreas de matemática e ciências, está evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 17: Evolução do Brasil no Pisa

	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
<b>Leitura</b>	396	403	393	412	407	407	413
<b>Matemática</b>		356	370	386	389	377	384
<b>Ciências</b>			390	405	402	401	404

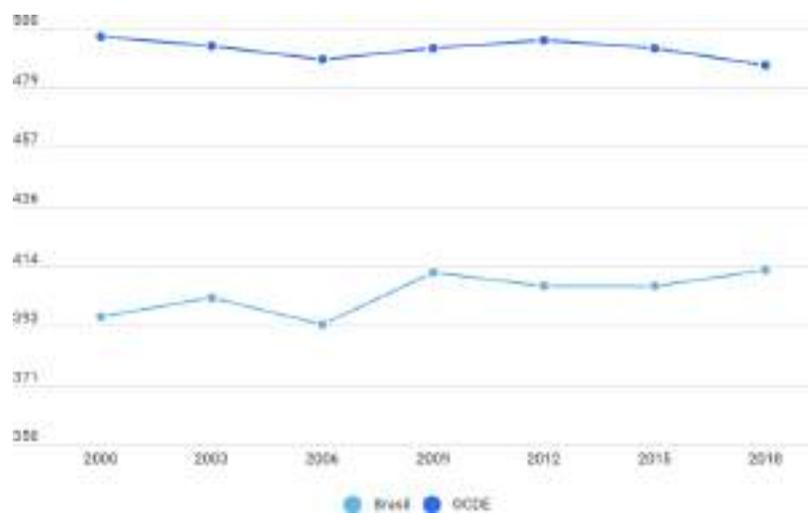
Fonte: OCDE, Inep

Na tabela anterior, como recomendado pela OCDE, os resultados de cada disciplina foram considerados válidos a partir da primeira edição em que a mesma foi o domínio principal na avaliação. Leitura foi o foco em 2000, matemática em 2003 e

Ciências em 2006. Para que os ciclos sejam comparáveis, foram incluídos os resultados das escolas rurais brasileiras a partir do Pisa 2012.

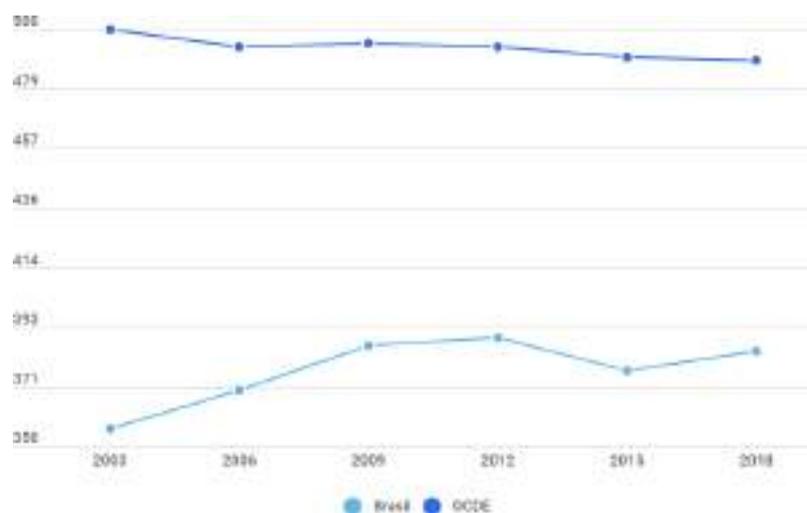
Apesar da tendência brasileira apresentar pequeno crescimento a partir de 2012, ao contrário dos alunos da OCDE, que mostraram leve declínio no mesmo período, ainda assim, o desempenho brasileiro é muito aquém dos países da organização. Em leitura, os brasileiros alcançaram 413 pontos, contra uma pontuação média de 487 observada na OCDE. Já em matemática, a pontuação brasileira foi de 384, mais de cem pontos abaixo dos 489 registrados nos países membros. Em ciências, o resultado foi de 404 pontos contra 489.

Gráfico 10: Desempenho do Brasil em leitura comparado com a OCDE



Fonte: Pisa 2018<sup>29</sup>

Gráfico 11: Desempenho do Brasil em matemática comparado com a OCDE

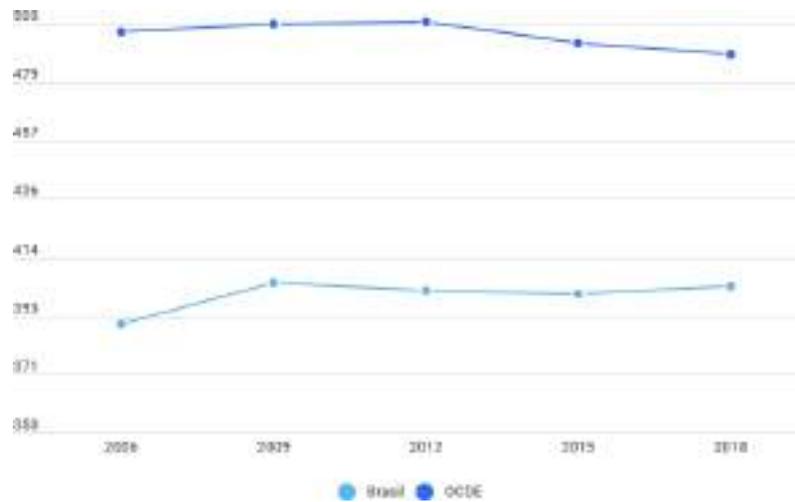


Fonte: Pisa 2018<sup>30</sup>

28 - <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/03/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-ciencias-e-matematica-e-empaca-em-leitura.htm>.

29 - Idem.

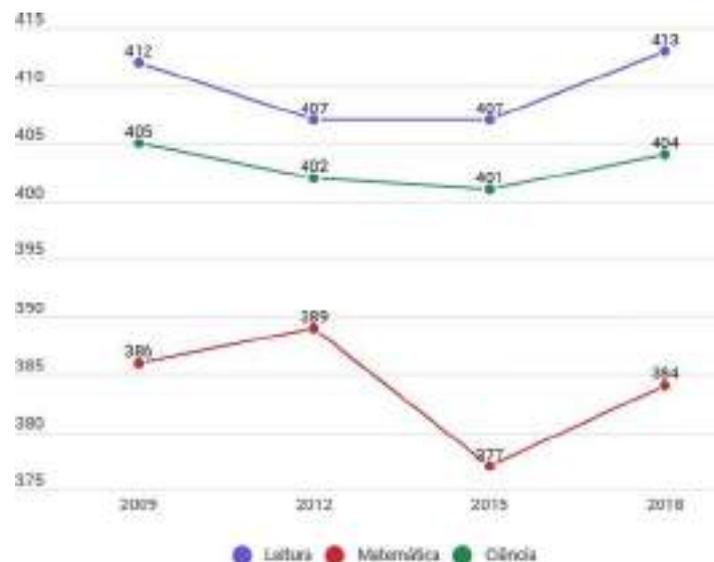
Gráfico 12: Desempenho do Brasil em ciências comparado com a OCDE



Fonte: Pisa 2018<sup>31</sup>

O gráfico a seguir apresenta o desempenho do Brasil nas três modalidades, a partir de 2009. Observa-se que, na avaliação de 2018, houve uma melhora da pontuação em relação a 2015:

Gráfico 13: Desempenho do Brasil nas três modalidades



Fonte: Pisa 2018<sup>32</sup>

Apesar do resultado ter melhorado em relação à avaliação passada, o Brasil ocupa o 59º lugar do *ranking* geral do Pisa. Na avaliação de proficiência mínima exigida para os três eixos, 43% dos alunos das escolas do Brasil tiveram pontuação abaixo do nível básico (a partir da nota 420,07), enquanto na OCDE apenas 13% ficaram nessa condição.

---

30 - Idem.

31 - Idem.

## Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb

Em anos recentes, o Inep reposicionou o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb como um instrumento mais adequado do que o Enem para a aferição da qualidade ofertada nos sistemas de educação e nas escolas brasileiras. Há vários anos, o Inep não mais divulga a nota global do Enem por município ou por rede. Também não se pode mais conhecer os resultados de cada escola individualmente, o que era feito, até a edição de 2015, acessando-se o portal dedicado àquele exame.

Instituído em 1990, o Saeb<sup>33</sup> foi reestruturado em 2005 e passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil). Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA foi incorporada ao Saeb para melhor aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática.

Para assumir a função do extinto *Enem por Escola*, o Saeb passou por aprimoramentos em 2017, com ampliação do público-alvo da avaliação, incluindo entre as instituições avaliadas todas as que são completamente mantidas pelo poder público e, por adesão, as que são mantidas por entidades privadas. Esse aprimoramento permitirá, conforme o Inep, que as escolas de Ensino Médio tenham acesso a informações adequadas para avaliação da qualidade da educação.

De acordo com o relatório publicado pelo Inep referente ao período de 2005 a 2015<sup>34</sup>, os resultados de desempenho nos testes da Aneb e Anresc são expressos por números na escala de proficiência, que variam de 0 a 500 pontos, com média de 250 e desvio-padrão de 50.

Os testes de Língua Portuguesa têm como foco a leitura e seu objetivo é verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. Esse foco parte da proposição de que ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, nas mais diferentes situações de comunicação. É uma atividade complexa, que exige do leitor demonstrar habilidades como reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar. O conhecimento de Matemática é demonstrado por meio da resolução de problemas. São consideradas capacidades, como observação, estabelecimento de relações, comunicação (diferentes linguagens), argumentação e validação de processos, estimulando formas de raciocínio como intuição, indução, dedução e estimativa.

A tabela a seguir mostra o desempenho dos alunos das redes estadual e municipal de Paty do Alferes na edição de 2019 do Saeb, com resultados divulgados em 2020.

Tabela 18: Médias de proficiência do Saeb – Município – 2019

Dependência administrativa	Anos iniciais - 5º ano		Anos finais - 9º ano	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Estadual	Não avaliada	Não avaliada	258,42	257,25
Municipal	228,60	242,24	259,79	265,13

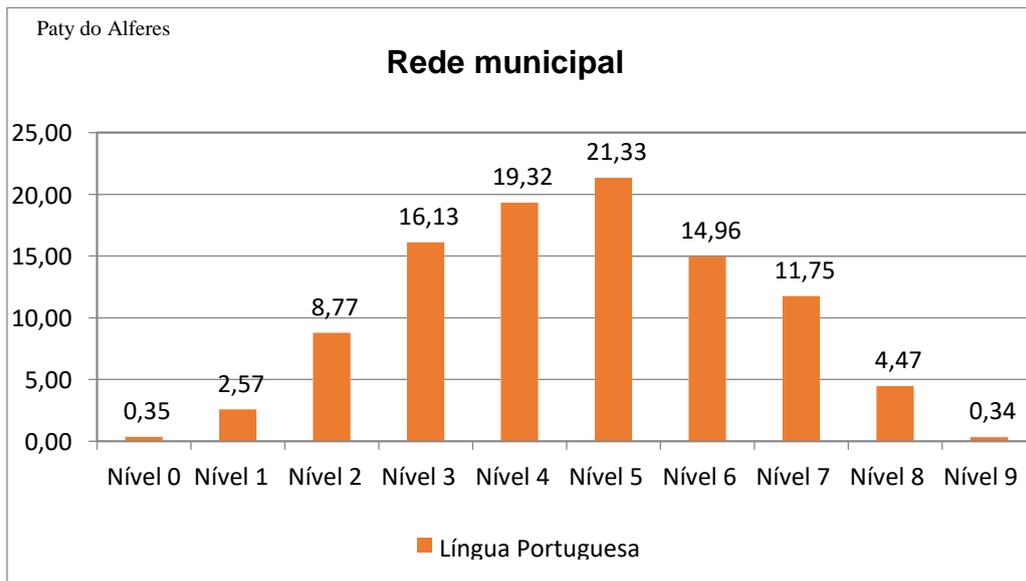
Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

32 - <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>.

33 - [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2018/documentos/livro\\_saeb\\_2005\\_2015\\_completo.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/livro_saeb_2005_2015_completo.pdf). Relatório Saeb 2005-2015: panorama da década.

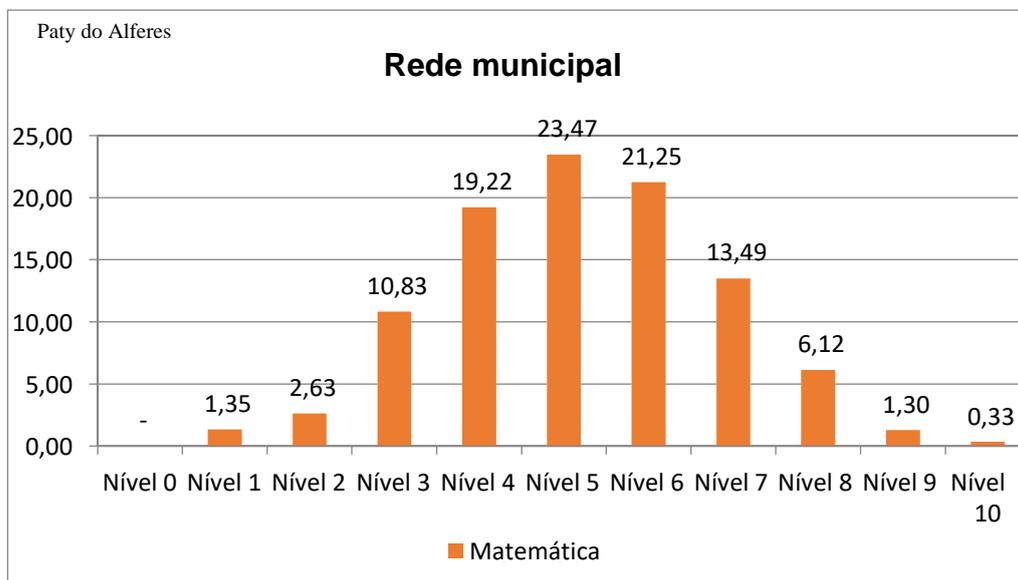
Os gráficos a seguir revelam a distribuição percentual dos alunos das redes estadual e municipal, por nível de proficiência, começando pelo 5º ano fundamental da rede municipal. Nos níveis de 0 a 3, o aprendizado é considerado “insuficiente” pelo Inep, passando a “básico” nos níveis de 4 a 6, e “adequado” a partir do nível 7.

Gráfico 14: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos iniciais (5º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Gráfico 15: Nível de proficiência em Matemática – Anos iniciais (5º Ano) – Rede municipal – 2019



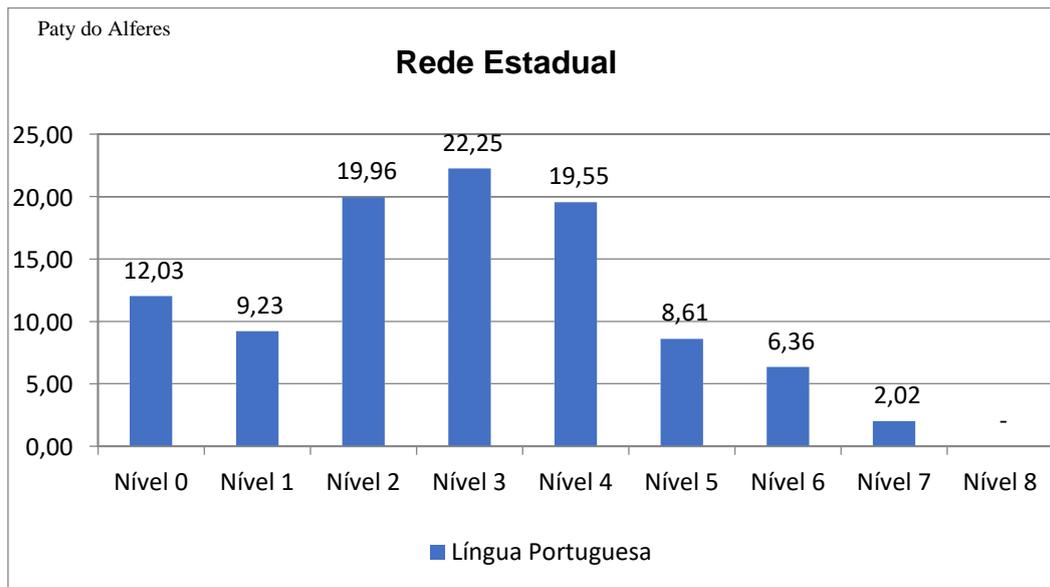
Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos iniciais do Ensino Fundamental municipal de Paty do Alferes, 27,82% dos alunos apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 55,61%

obtiveram níveis básicos e 16,56% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 14,81% em níveis insuficientes, 63,94% nos básicos e 21,24% adequados.

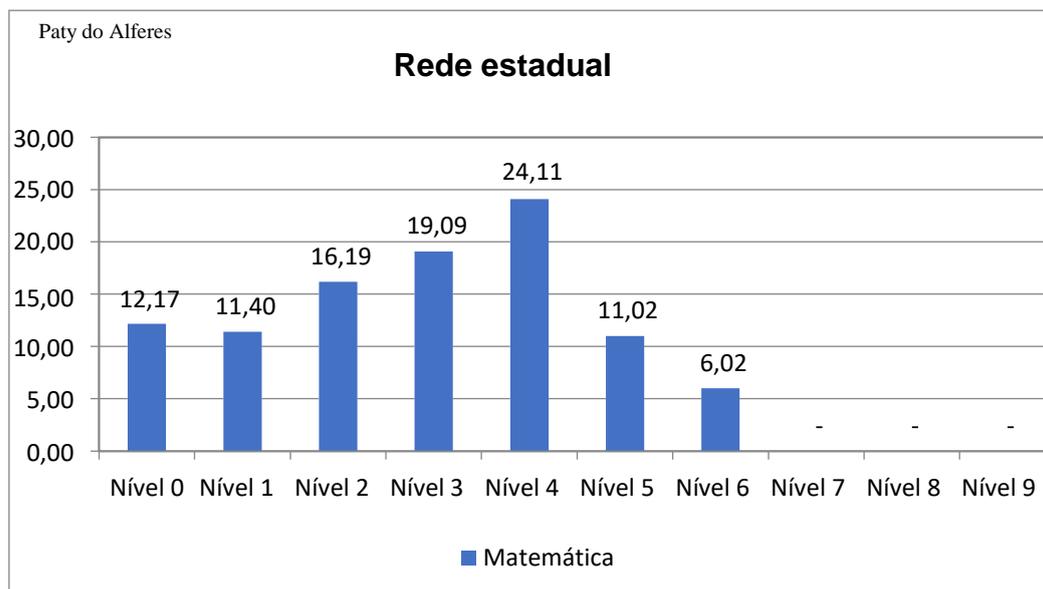
Os próximos gráficos referem-se ao resultado obtido pelos alunos no 9º ano da rede estadual no município.

Gráfico 16: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos finais (9º Ano) – Rede estadual – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Gráfico 17: Nível de proficiência em Matemática – Anos finais (9º Ano) – Rede estadual – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos finais do Ensino Fundamental estadual de Paty do Alferes, 63,47% dos alunos do apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 34,52%

obtiveram níveis básicos e 2,02% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 58,85% em níveis insuficientes, 41,15% nos básicos e 0% adequados.

Por fim, os gráficos a seguir apresentam o resultado obtido pelos alunos no 9º ano da rede municipal.

Gráfico 18: Nível de proficiência em Língua Portuguesa – Anos finais (9º Ano) – Rede municipal – 2019  
Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

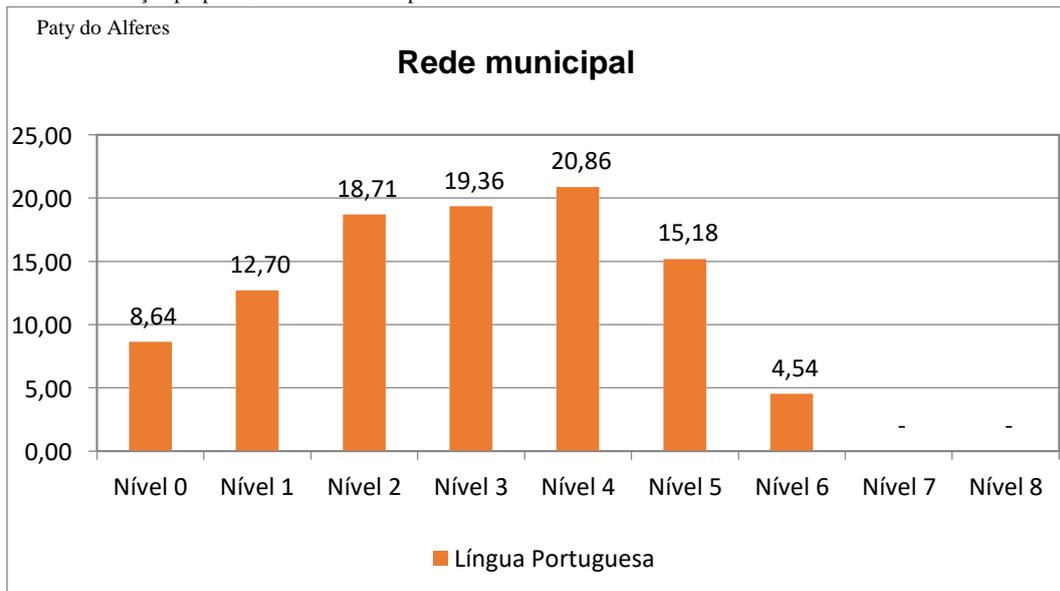
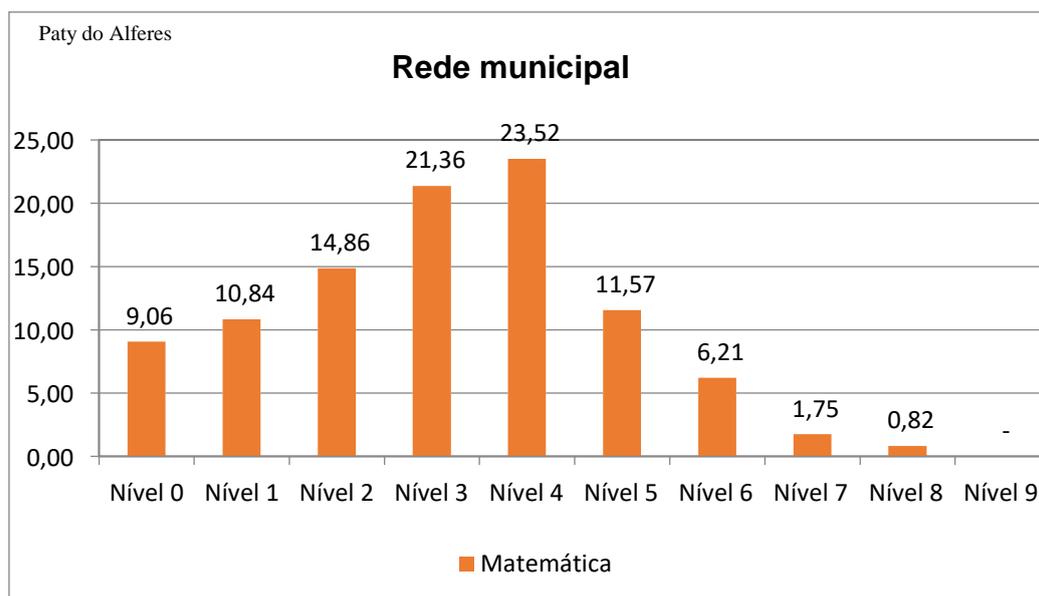


Gráfico 19: Nível de proficiência em Matemática – Anos finais (9º Ano) – Rede municipal – 2019



Fonte: Elaboração própria. Dados do Saeb/Inep.

Ao concluir os anos finais do Ensino Fundamental municipal de Paty do Alferes, 59,41% dos alunos apresentaram níveis insuficientes de aprendizado em Língua Portuguesa, enquanto 40,58% obtiveram níveis básicos e 0% alcançaram níveis adequados. Em Matemática, a proporção foi de 56,12% em níveis insuficientes, 41,3% nos básicos e 2,57% adequados.

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb

Há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro Ideb, relativo a 2005. Ele é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: desempenho em exames padronizados e rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

O indicador final é a pontuação no exame padronizado (Saeb) ajustada pelo tempo médio, em anos, para conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o Ideb estar entre zero e dez.

Há metas de desempenho em cada dependência administrativa, com desafios paratodas as redes de ensino. No caso do Estado do Rio de Janeiro, o Ideb da rede estadual dos anos iniciais do Ensino Fundamental – EF deve passar dos 3,8 de 2005 para 6,0 em 2021<sup>35</sup>; de 2,9 para 4,9 nos anos finais; e de 2,8 para 4,6 no Ensino Médio – EM.

Os resultados do Ideb 2005 serviram como referência para as metas futuras. A última avaliação foi realizada em 2019 e seus resultados divulgados em 2020. De acordo com o Inep, o quadro que se observa é o seguinte:

Tabela 19: Notas médias do Ideb – RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	Anos Iniciais		Anos Finais		Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ
	Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ	Ideb todas as redes RJ	Metas todas as redes RJ		
2005	4,3	não definida	3,6	não definida	3,3	não definida
2007	4,4	4,4	3,8	3,6	3,2	3,3
2009	4,7	4,7	3,8	3,8	3,3	3,4
2011	5,1	5,1	4,2	4,1	3,7	3,6
2013	5,2	5,4	4,3	4,5	4,0	3,8
2015	5,5	5,6	4,4	4,9	4,0	4,2
2017	5,8	5,9	4,7	5,1	3,9	4,6
2019	5,8	6,1	4,9	5,4	4,1	4,9

Nota-se que mais uma vez as metas globais para o conjunto das escolas do estado não foram atingidas em 2019. O índice apurado nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi o mesmo de 2017. Nos anos finais, foi mantida a tendência de crescimento lento. No Ensino Médio, o índice obtido superou enfim a nota de 2013, depois de insucessos em 2015 e 2017.

Com relação à rede fluminense de escolas estaduais, o Ideb 2019 mostrou recuperação em todos os segmentos, embora ainda distantes das metas, como evidencia a próxima tabela.

---

34 - O índice 6,00 no Ideb representa o desempenho médio dos países da OCDE.

Tabela 20: Notas médias do Ideb – rede estadual RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental						Ensino Médio		
	Anos Iniciais			Anos Finais					
	Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual		Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual		Ideb rede Estadual RJ	Meta rede estadual	
		RJ	BR		RJ	BR		RJ	BR
2005	3,7	não definida		2,9	não definida		2,8	não definida	
2007	3,8	3,8	4,0	2,9	2,9	3,3	2,8	2,8	3,1
2009	4,0	4,1	4,3	3,1	3,1	3,5	2,8	2,9	3,2
2011	4,3	4,5	4,7	3,2	3,3	3,8	3,2	3,1	3,3
2013	4,7	4,8	5,0	3,6	3,7	4,2	3,6	3,3	3,6
2015	5,1	5,1	5,3	3,7	4,1	4,5	3,6	3,7	3,9
2017	4,8	5,4	5,6	3,7	4,4	4,8	3,3	4,1	4,4
2019	5,4	5,7	5,9	3,9	4,6	5,1	3,5	4,4	4,6

Nacionalmente, as metas, em geral, são mais ambiciosas do que aquelas estabelecidas para as escolas fluminenses, como destacam os gráficos que se seguem:

Gráfico 20: Metas das redes estaduais e privadas nos Ensinos Fundamental e Médio – Brasil x RJ – 2007 a 2019

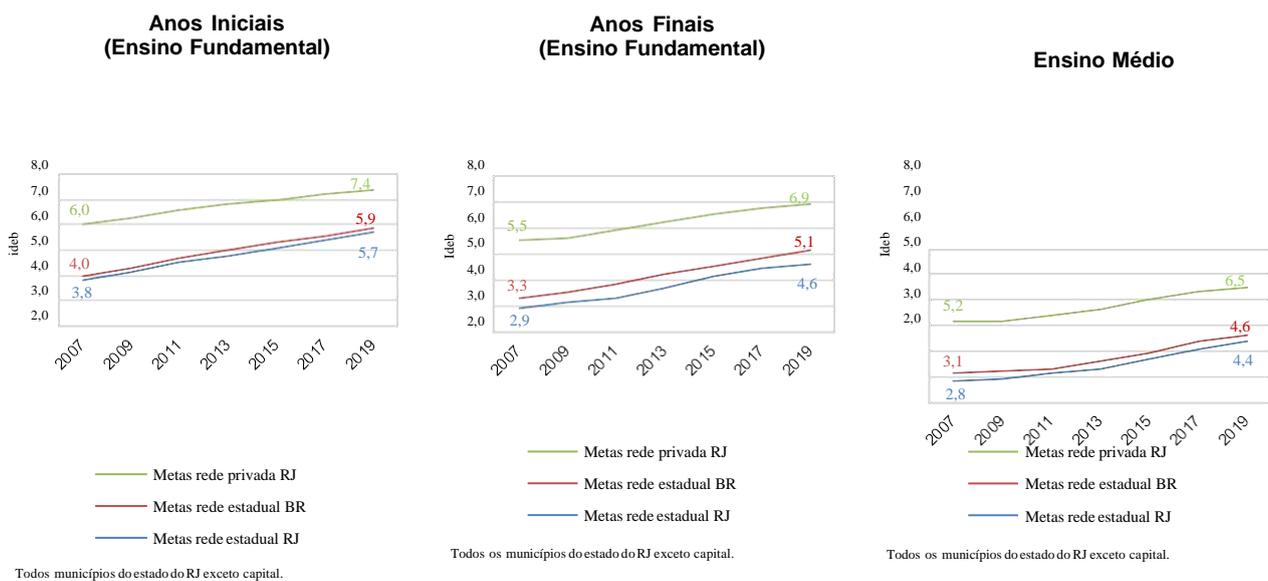


Tabela 21: Notas médias do Ideb – rede privada RJ – 2005 a 2019

Ano	Ensino Fundamental						Ensino Médio		
	Anos Iniciais			Anos Finais					
	Ideb rede privada RJ	Meta rede privada		Ideb rede privada RJ	Meta rede privada		Ideb rede privada RJ	Meta rede privada	
		RJ	BR		RJ	BR		RJ	BR
2005	5,7	não definida		5,5	não definida		5,1	não definida	
2007	5,9	5,8	6,0	5,5	5,5	5,8	5,4	5,2	5,6

2009	5,9	6,1	6,3	5,7	5,6	6,0	5,7	5,2	5,7
2011	6,3	6,4	6,6	5,7	5,9	6,2	5,5	5,4	5,8
2013	6,1	6,6	6,8	5,5	6,2	6,5	4,8	5,6	6,0
2015	6,3	6,8	7,0	5,6	6,5	6,8	5,0	6,0	6,3
2017	6,9	7,0	7,2	6,2	6,7	7,0	5,6	6,3	6,7
2019	6,8	7,2	7,4	6,1	6,9	7,1	5,7	6,5	6,8

O déficit de desempenho tradicionalmente atribuído às escolas públicas vem atingindo as escolas particulares do estado. Apesar de, na comparação com 2017, ter sido observado um pequeno avanço no Ensino Médio, houve recuo semelhante nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em nenhum caso a meta RJ foi alcançada. O índice que mais se aproximou da meta em 2019 foi relativo aos anos iniciais do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, o índice obtido em 2019 é igual ao de 2009.

O nível de acompanhamento dos resultados chega às redes municipais, que respondem pela maior parte das matrículas do Ensino Fundamental, e a todas as escolas públicas, uma vez que cada uma delas tem sua meta individualizada. Porém, alguns municípios e escolas não têm resultados divulgados, seja por não participarem do Saeb, seja por não atenderem aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado, como, por exemplo, quando o número de alunos que compareceram ao exame é considerado insuficiente pelo Inep.

Uma rápida avaliação do conjunto das redes municipais no Estado do Rio de Janeiro aponta um quadro em que persistem as dificuldades, tanto no que diz respeito à evolução do índice nas aferições bianuais quanto ao cumprimento das metas.

Dentre 86 municípios do estado que tiveram os anos iniciais de suas redes municipais avaliados em 2005 e em 2019, nenhum deixou de ter sua nota aumentada neste período. Mas, se a comparação for feita entre 2017 e 2019, em um conjunto de 87 municípios consignados nas duas avaliações, são 48 os municípios onde se verificou algum progresso, contra 39 onde a nota diminuiu ou permaneceu a mesma da edição anterior.

Com relação ao cumprimento das metas, a rede municipal de 32 municípios fluminenses alcançou o índice almejado para os anos iniciais do Ensino Fundamental em 2017, enquanto 57 não o fizeram. Em 2017, três municípios não foram avaliados ou não tiveram meta estabelecida. Em 2019, o número de municípios que alcançaram as metas caiu para 26, em comparação a 64 que não obtiveram sucesso. Nesta edição, dois municípios não foram avaliados.

Nos anos finais do Ensino Fundamental da rede municipal, a comparação entre 2005 e 2019 constata que, dentre 71 municípios com resultados divulgados nessas duas edições do Ideb, 67 tiveram algum avanço, contra quatro que não evoluíram. Em 2017, sete municípios não foram avaliados ou não tiveram meta estabelecida. Na comparação entre 2017 e 2019, considerando os 82 municípios avaliados em ambas as edições, foram 55 os que tiveram variação positiva no índice, contra 27 que não evoluíram, apresentando resultado igual ou menor do que na versão anterior.

A verificação do cumprimento das metas dá a indicação mais clara do desafio a ser enfrentado pelas prefeituras. Nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2019, 11 municípios atingiram as metas predeterminadas, enquanto 73 não as cumpriram e oito não tiveram resultado assinalado.

Com relação ao futuro, o surgimento da pandemia de covid-19 em 2020 representou um grande desafio para a educação, tendo em vista o fechamento das escolas e as dificuldades de ofertar o ensino remoto para todos os estudantes em condições de equanimidade. As consequências serão medidas apenas na edição do Ideb previsto para 2021, cujos resultados devem ser divulgados em 2022.

Nas oito edições do Ideb já realizadas, Paty do Alferes apresentou o seguinte quadro:

Tabela 22: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2019

Rede municipal	Ideb								Ranking 2019	Meta Ideb 2019	Atingiu meta?
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019			
Anos Iniciais	2,9	4,8	5,2	5,5	6,2	6,3	6,3	6,3	8° entre 90 avaliados	4,9	sim
Anos Finais	não avaliada	não avaliada	não avaliada	4,9	4,5	4,6	5,0	5,0	22° entre 84 avaliados	5,9	não

Tabela 23: Notas médias e variação do Ideb do Ensino Fundamental – rede estadual local – 2005 a 2019

Rede estadual	Ideb								Ranking 2019	Meta Ideb 2019	Atingiu meta?
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019			
Anos Iniciais	não avaliada	4,3	4,5	5,1	não avaliada	não avaliada	não avaliada	não avaliada	indefinido	5,9	não se aplica
Anos Finais	3,4	3,3	3,6	4,1	3,9	3,9	3,6	4,3	32° entre 61 avaliados	5,1	não

Para conhecer os resultados e as metas de cada escola individualmente, inclusive para os próximos anos, deve-se acessar o sítio <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>.

## Educação no Rio de Janeiro

Em nível estadual, a regulamentação do setor educacional depende da aprovação de um novo Plano Estadual de Educação. O plano anterior, estabelecido em 2009, foi amplamente ignorado ao longo de seu período de vigência. Nestes dez anos, o Ideb das escolas estaduais do Rio de Janeiro no Ensino Médio variou do penúltimo lugar no *ranking* nacional, em 2009, até a quarta posição, em 2013, voltando a cair a partir de então. Em 2017, ocupava a 13ª posição. Em 2019, recuou ainda mais e chegou ao 19º lugar, empatado com Amazonas e Roraima.

## Quadro da educação no RJ

Segue um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2020<sup>36</sup>.

Com relação à quantidade de escolas<sup>37</sup>:

- Para o Ensino Infantil, há 5.068 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 42% deles. A pré-escola soma 6.541 estabelecimentos, 49% da rede pública;
- O Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.677 escolas, sendo os anos iniciais ofertados em 6.772, escolas, das quais 50% são públicas, e os anos finais em 905 escolas, entre elas 95% públicas;
- O Ensino Médio é encontrado em 2.315 escolas, 51% delas pertencentes à rede pública.

---

35 - Fonte: Inep/MEC. Acessível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.37 - Ensino regular e/ou especial.

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2020, a estrutura educacional dispunha de 158 mil professores<sup>38</sup>. Aproximadamente 19 mil docentes lecionavam na creche e 24 mil, na pré-escola. Outros 101 mil atuavam no Ensino Fundamental, e 44 mil profissionais davam aulas no Ensino Médio.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

- A Educação Infantil disponibilizou 621 mil matrículas. Cursam a rede pública 62% do total de aproximadamente 247 mil alunos de creche e 65% dos 374 mil estudantes de pré-escola.

O Estado do Rio de Janeiro teve menos de 2 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental<sup>39</sup>. Em 2020, houve recuo de aproximadamente 8,3 mil matrículas em relação a 2019. Na comparação entre 2015 e 2020, ocorreu elevação na participação das redes municipal e particular, com redução na rede estadual.

Tabela 24: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2015 a 2020

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Federal	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Estadual	10,0%	9,5%	8,4%	8,1%	8,2%	8,4%
Municipal	59,7%	60,0%	60,7%	60,7%	60,4%	60,7%
Particular	29,8%	30,0%	30,4%	30,8%	30,9%	30,5%
<b>Nº total de alunos do Ensino Fundamental</b>	<b>2.074.921</b>	<b>2.047.208</b>	<b>2.019.459</b>	<b>2.003.315</b>	<b>1.976.311</b>	<b>1.967.998</b>

Com relação ao Ensino Médio, o ano de 2020 apresentou um aumento de quase 24,8 mil estudantes no total de alunos matriculados em relação a 2019. No acumulado dos últimos seis anos, houve avanço das redes federal e estadual contra redução na participação das redes municipal e particular.

Tabela 25: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2015 a 2020

Dependência Administrativa	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Federal	3,0%	3,2%	3,5%	3,6%	3,7%	3,5%
Estadual	74,1%	74,8%	74,0%	74,7%	75,2%	76,5%
Municipal	0,9%	0,9%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%
Particular	22,0%	21,1%	21,7%	21,0%	20,5%	19,4%
<b>Nº total de alunos do Ensino Médio</b>	<b>583.177</b>	<b>591.882</b>	<b>573.300</b>	<b>572.899</b>	<b>575.245</b>	<b>600.032</b>

38 - Indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar. Inclui os docentes ativos que atuam no Ensino

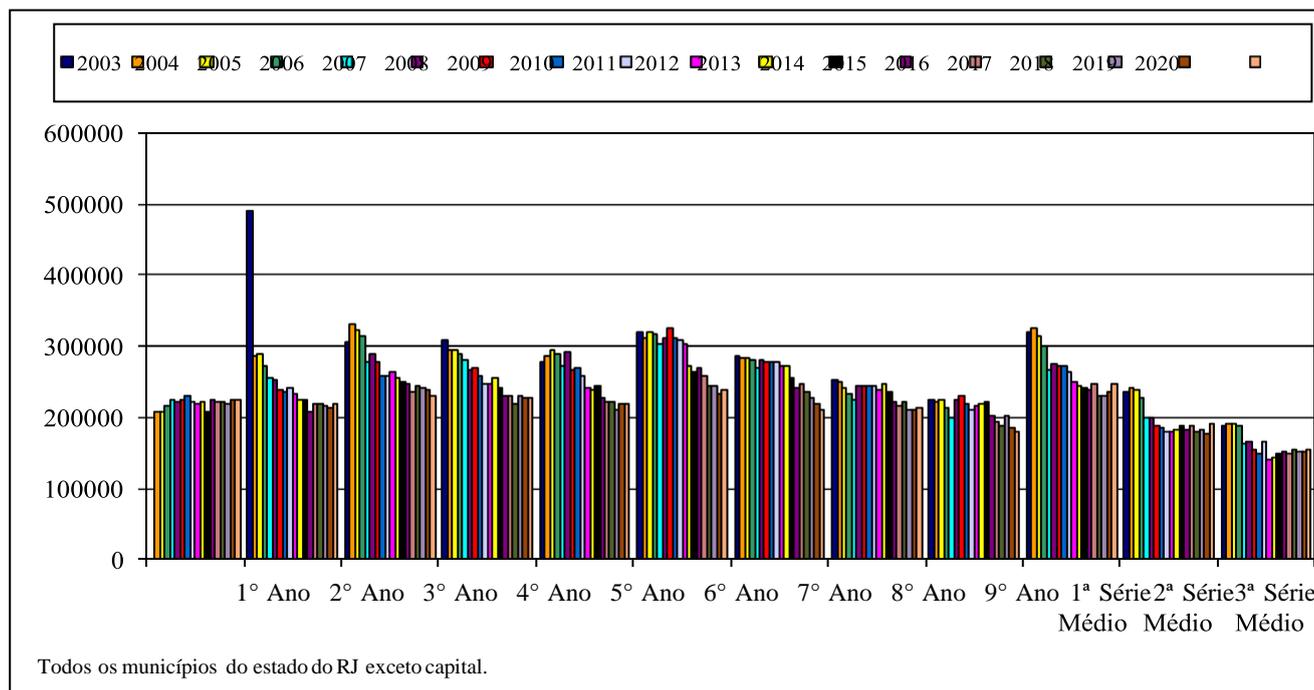
Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). O total não representa a soma dos municípios ou das etapas de ensino, pois o mesmo docente pode atuar em mais de uma unidade de agregação.

39 - Ensino regular e/ou especial.

O gráfico a seguir, referente à evolução das matrículas, indica os picos de repetência na antiga 5ª série do Ensino Fundamental e na 1ª série do Ensino Médio. Por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, houve uma dispersão dos degraus até então existentes, especialmente da antiga 1ª para a 2ª série do Ensino Fundamental, tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar é ilustrada com a redução continuada que ainda se observa, de um ano para o outro, especialmente a partir da antiga quinta série. Basta observar o quantitativo de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas a cada série subsequente.

Gráfico 21: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2002 a 2020



Para maior clareza quanto à quantidade de matrículas anuais, os gráficos a seguir dobram os dados acima apresentados.

Gráfico 22: Total de matrículas Ensino Fundamental 1º Ano

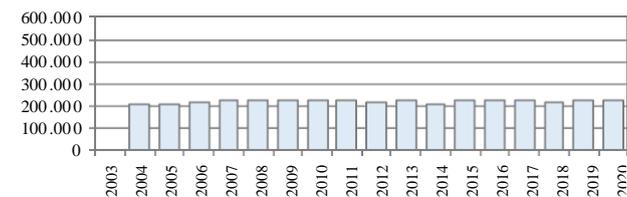


Gráfico 23: Total de matrículas Ensino Fundamental 2º Ano

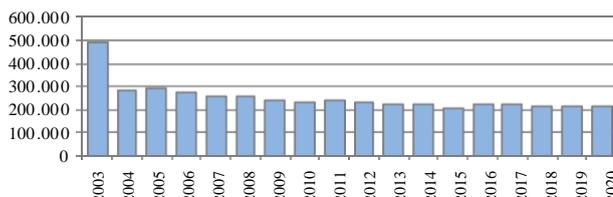
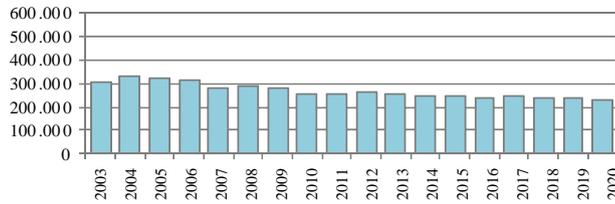
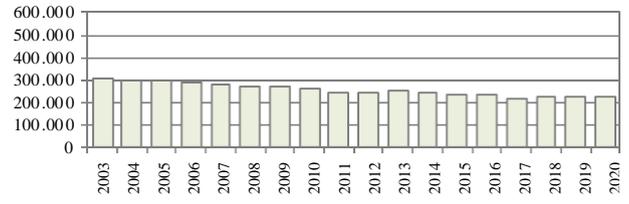


Gráfico 24: Total de matrículas Ensino Fundamental 3ºAno



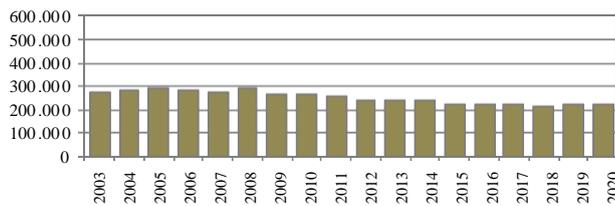
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 25: Total de matrículas Ensino Fundamental 4ºAno



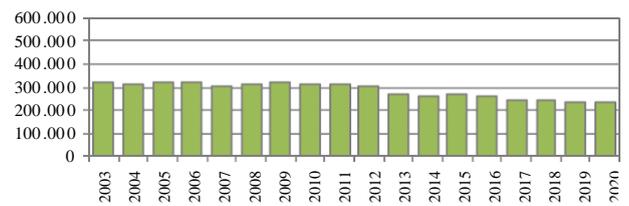
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 26: Total de matrículas Ensino Fundamental 5ºAno



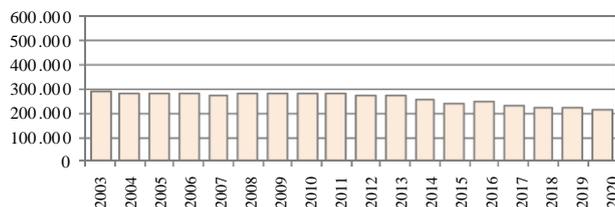
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 27: Total de matrículas Ensino Fundamental 6ºAno



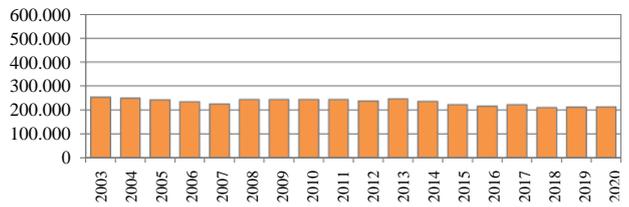
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 28: Total de matrículas Ensino Fundamental 7ºAno



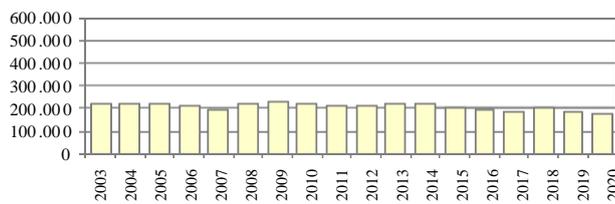
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 29: Total de matrículas Ensino Fundamental 8ºAno



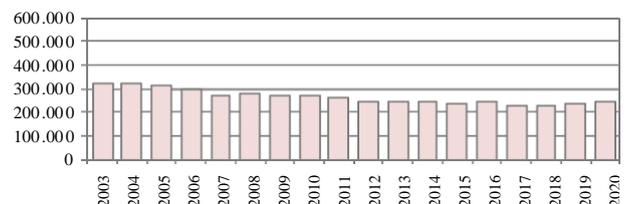
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 30: Total de matrículas Ensino Fundamental 9ºAno



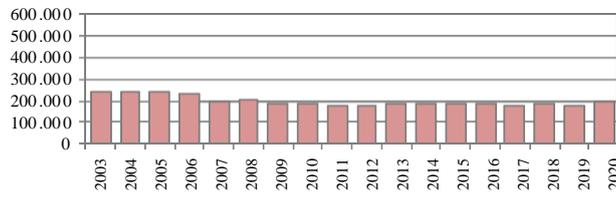
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 31: Total de matrículas Ensino Médio 1ºAno



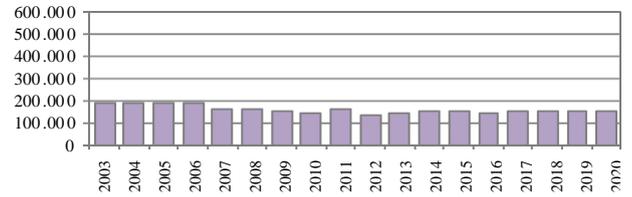
Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 32: Total de matrículas Ensino Médio 2ºAno



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

Gráfico 33: Total de matrículas Ensino Médio 3ºAno



Todos os municípios do estado do RJ exceto capital.

A educação de jovens e adultos (EJA) teve 255 mil alunos em 2020.

Os dados da Educação Superior sempre apresentam defasagem maior. Assim, em 2019, houve 722.860 estudantes matriculados e distribuídos em 2.634 cursos de graduação presenciais e à distância. Dessas matrículas, 26% foram em instituições públicas.

## Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de 2019, em Paty do Alferes, foi de 5.426 alunos, tendo evoluído para 5.505 em 2020, apresentando variação de 1,46% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis, considerando o ensino regular e/ou especial. As tabelas apresentam a evolução do número de estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

### Ensino Infantil de Paty do Alferes:

A rede municipal respondeu por 86% das matrículas na **Creche** em 2020. O número total de matrículas teve evolução de 81% no período de 2015 a 2020.

Tabela 26: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	6	19	227	11,9	13,8
2016	6	18	220	12,2	13,4
2017	6	23	265	11,5	13,5
2018	6	24	280	11,7	13,5
2019	6	29	353	12,2	13,7
2020	6	29	410	14,1	12,8

Na **Pré-escola**, a rede do município de Paty do Alferes foi responsável por 87% das matrículas em 2020 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 27: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	14	35	690	19,7	15,1
2016	14	34	731	21,5	15,3
2017	14	35	725	20,7	15,4
2018	14	40	736	18,4	15,7
2019	14	37	788	21,3	15,9
2020	14	36	767	21,3	15,7

Houve variação de 11% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2015 e 2020.

Paty do Alferes apresenta o panorama a seguir para o **Ensino Fundamental**:

Tabela 28: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	20	240	3.642	15	19,7
2016	20	230	3.569	16	19,5
2017	20	214	3.573	17	19,5
2018	19	194	3.544	18	19,5
2019	17	190	3.360	18	19,4
2020	16	178	3.399	19	19,5

O número de matrículas oscilou em -7% no período.

A rede estadual de ensino de ensino teve 2% dos alunos matriculados de 2020 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 29: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
2015	4	111	1.110	10,0	11,9
2016	4	100	1.023	10,2	11,7
2017	4	78	752	9,6	11,8
2018	3	56	413	7,4	11,8
2019	2	37	226	6,1	12,2
2020	1	13	84	6,5	13,5

Quase 63% dos municípios apresentaram redução na quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Paty do Alferes, teve variação de -92%.

Já na rede municipal, com 88% do volume de matrículas em 2020, os dados seguem na tabela:

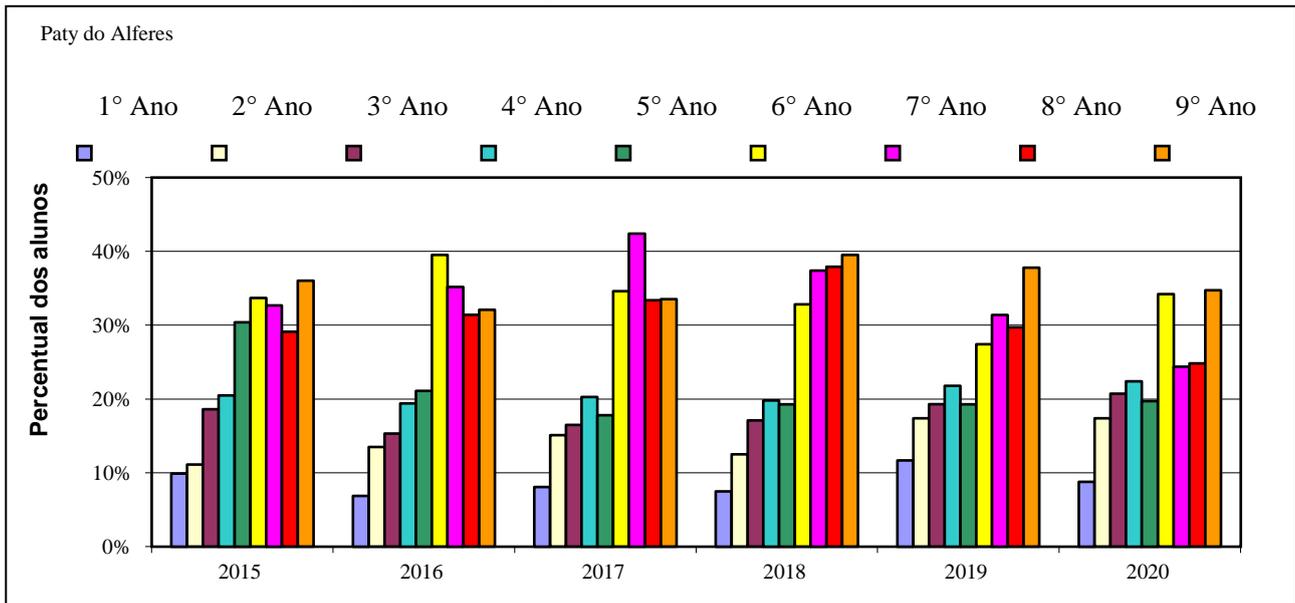
Tabela 30: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no estado
2015	13	108	2.273	21,0	21,4
2016	13	105	2.281	21,7	21,4
2017	13	119	2.548	21,4	21,6
2018	12	121	2.825	23,3	22,0
2019	12	132	2.837	21,5	22,4
2020	12	132	2.982	22,6	22,7

Houve, no período, variação de 31% no número de alunos, com aumento do rateio de alunos por professor.

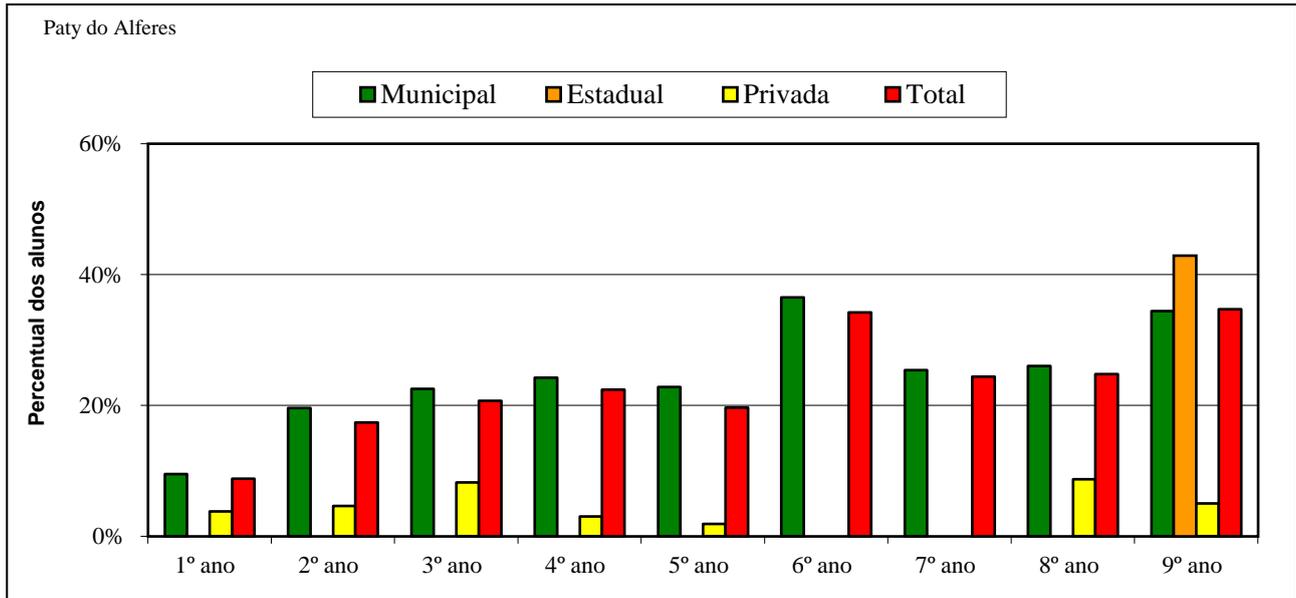
O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série no período analisado:

Gráfico 34: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2015 a 2020



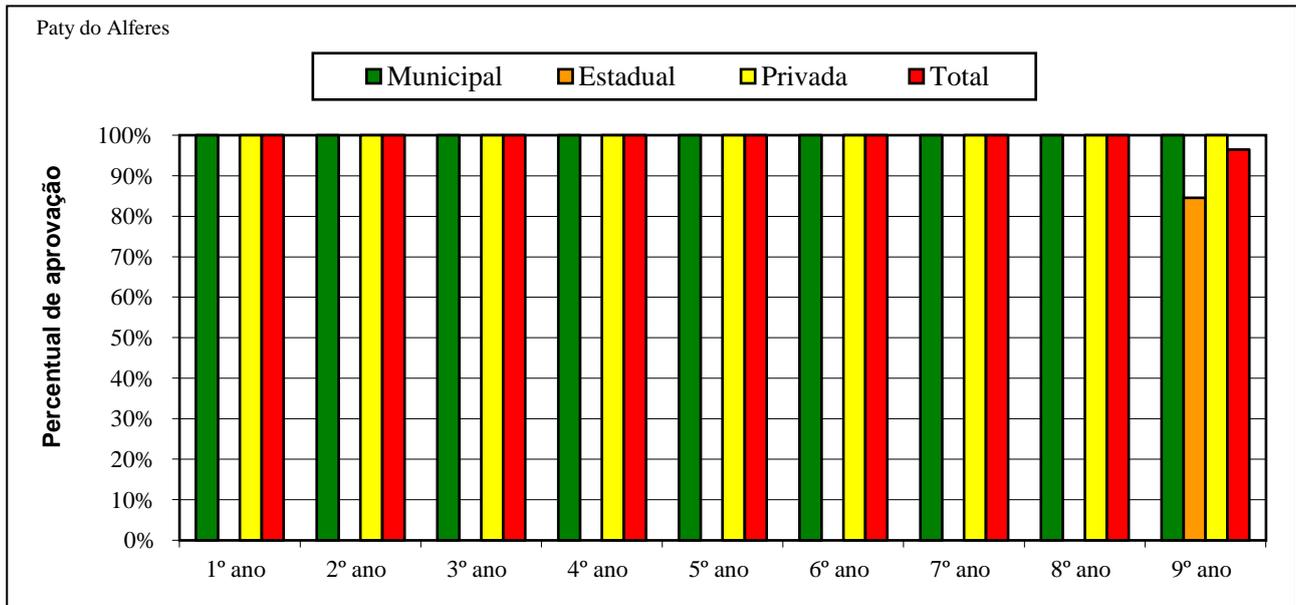
Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos, isso representa evasão escolar. Em 2020, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

Gráfico 35: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2020



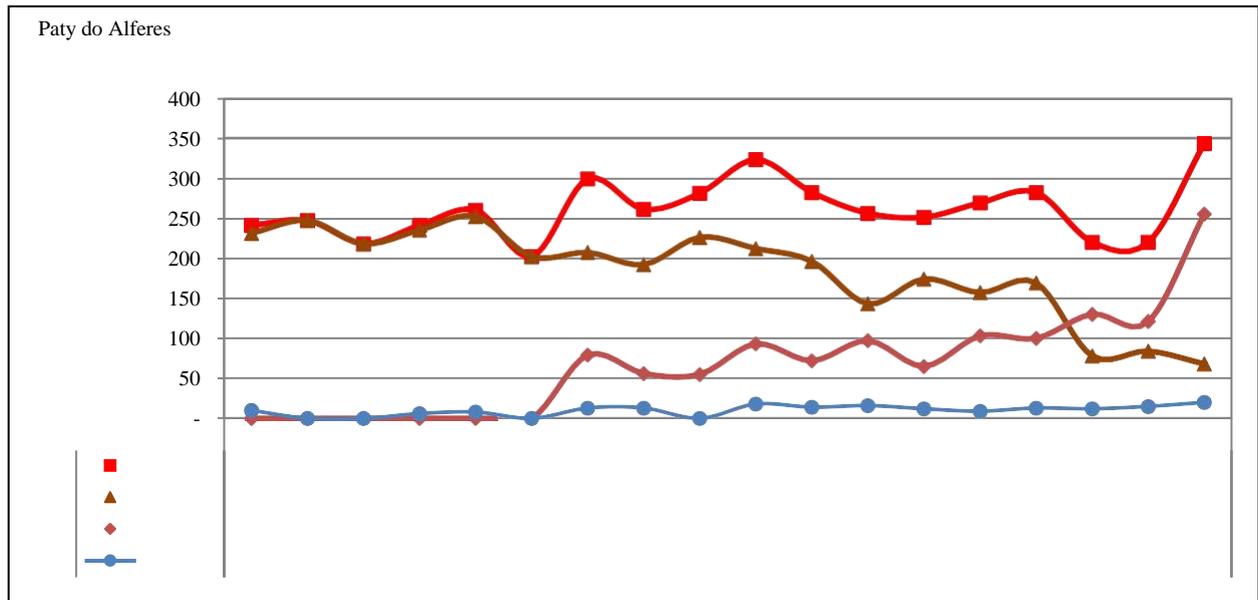
Os indicadores de aprovação por rede de ensino de 2020 são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 36: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2020



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Paty do Alferes. De um total de 241 em 2001 para 343 formandos em 2020, houve variação de 42% no período.

Gráfico 37: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 2001 a 2020



No **Ensino Médio**, Paty do Alferes apresenta o panorama a seguir:

Tabela 31: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no estado
2015	5	128	1.126	8,8	12,8
2016	5	132	988	7,5	12,7
2017	5	112	1.014	9,1	21,6
2018	4	115	977	8,5	12,6
2019	4	114	925	8,1	12,9
2020	4	106	929	8,8	13,5

O número de matrículas oscilou em -17% no período de 2015 a 2020, contra redução no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor.

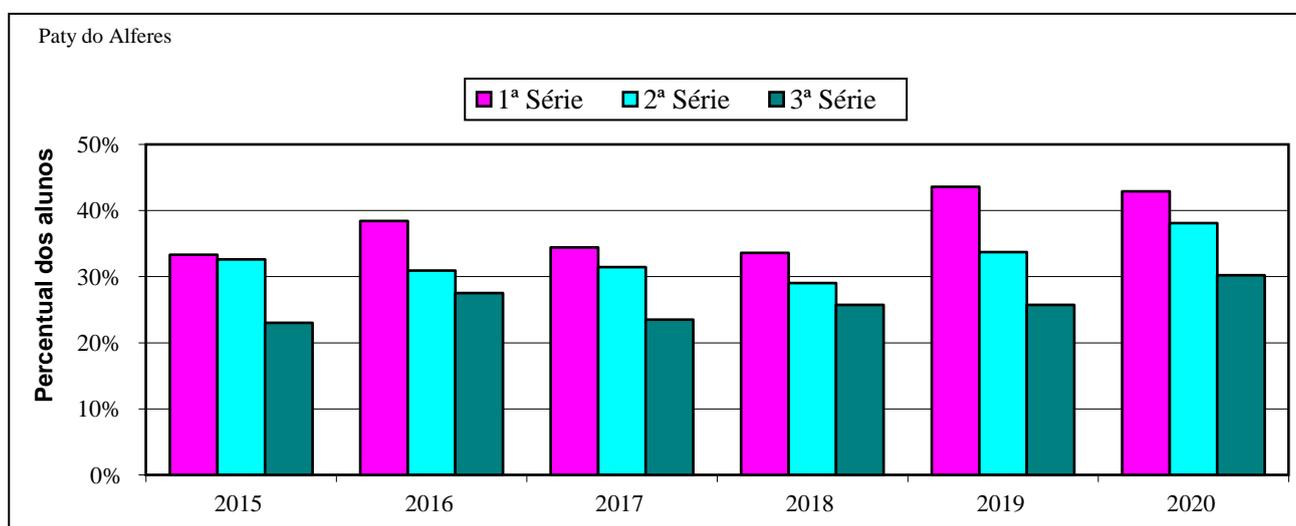
Especificamente da rede estadual, com 95% do volume de matrículas em 2020, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 32: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2015 a 2020

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no estado
2015	4	119	1.086	9,1	13,3
2016	4	123	957	7,8	13,2
2017	4	103	983	9,5	13,3
2018	3	106	948	8,9	13,5
2019	3	106	887	8,4	14,3
2020	3	97	886	9,1	15,4

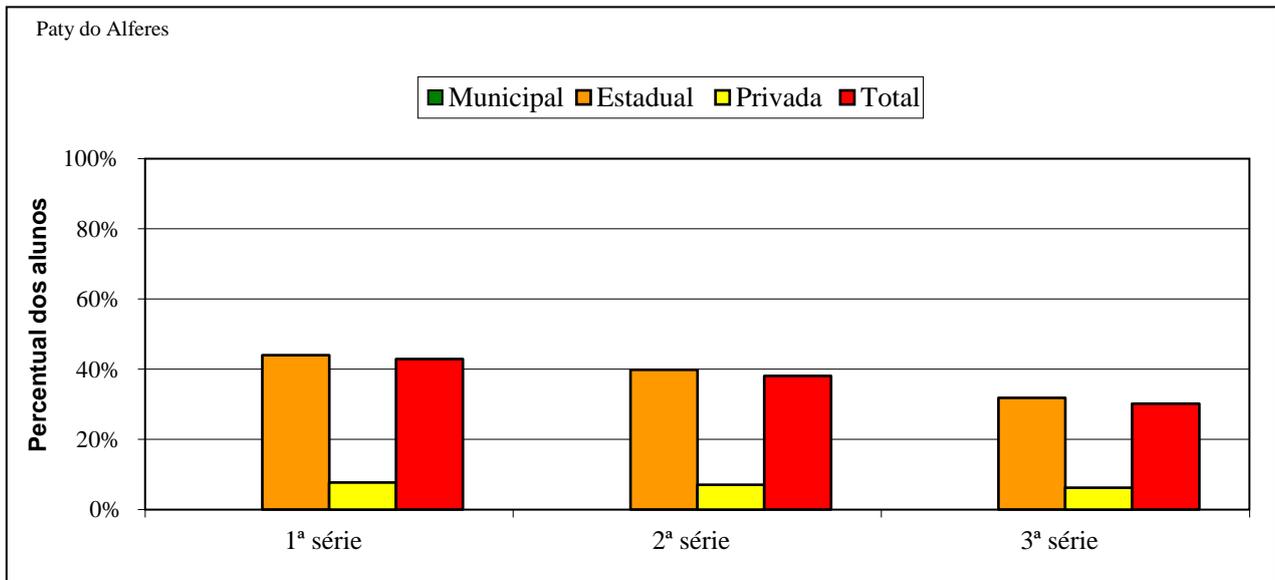
Houve variação de -18% na quantidade de alunos matriculados no período. O gráfico a seguir apresenta o nível médio de distorção por série:

Gráfico 38: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2015 a 2020



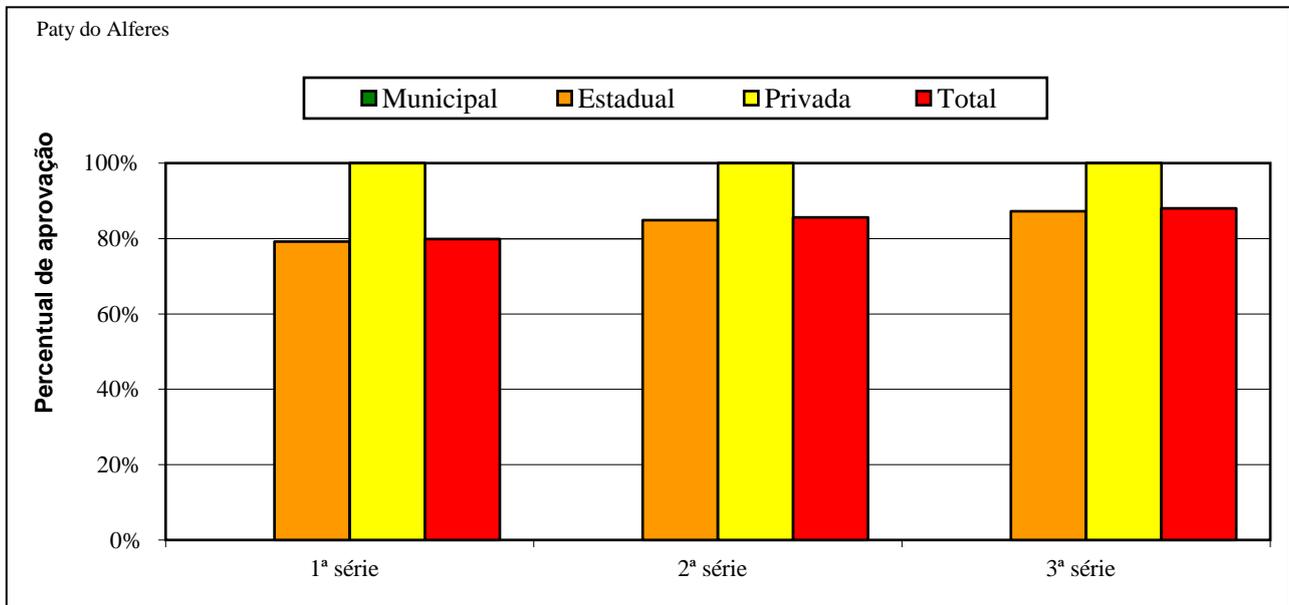
O próximo gráfico faz a comparação de cada rede escolar do município:

Gráfico 39: Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio – Redes – 2020



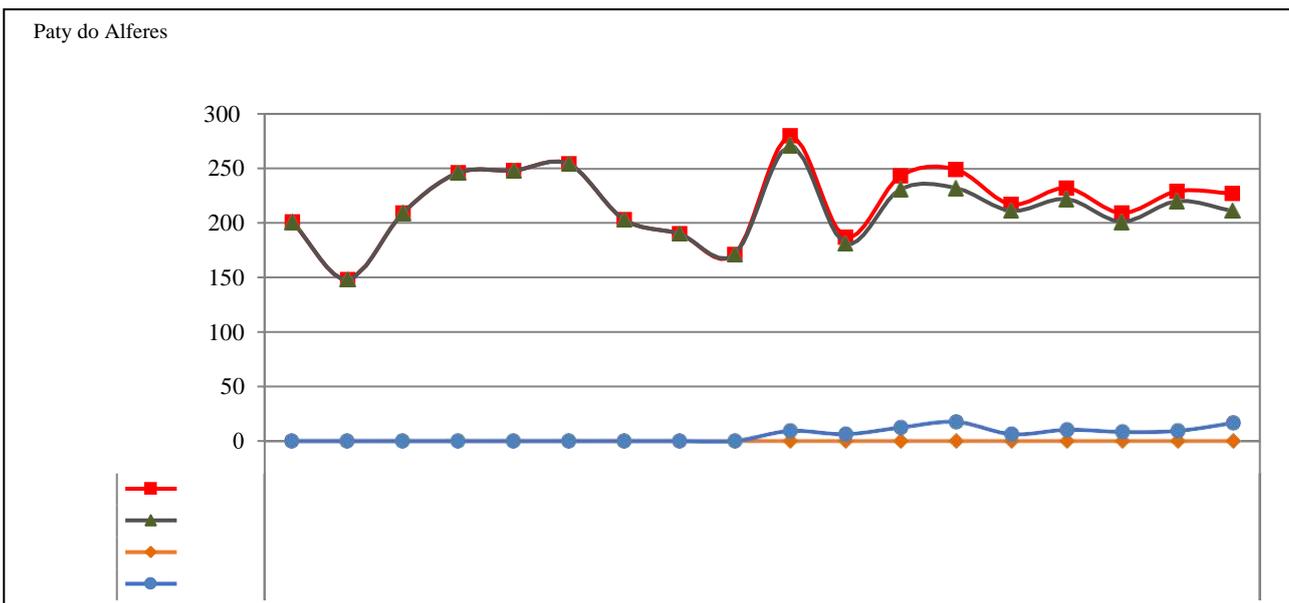
O comparativo dos índices de aprovação por rede de ensino em 2020 é apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 40: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2020



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 201 em 2001, passando para 227 em 2020, com variação de 13% no período.

Gráfico 41: Concluintes do Ensino Médio – 2001 a 2020

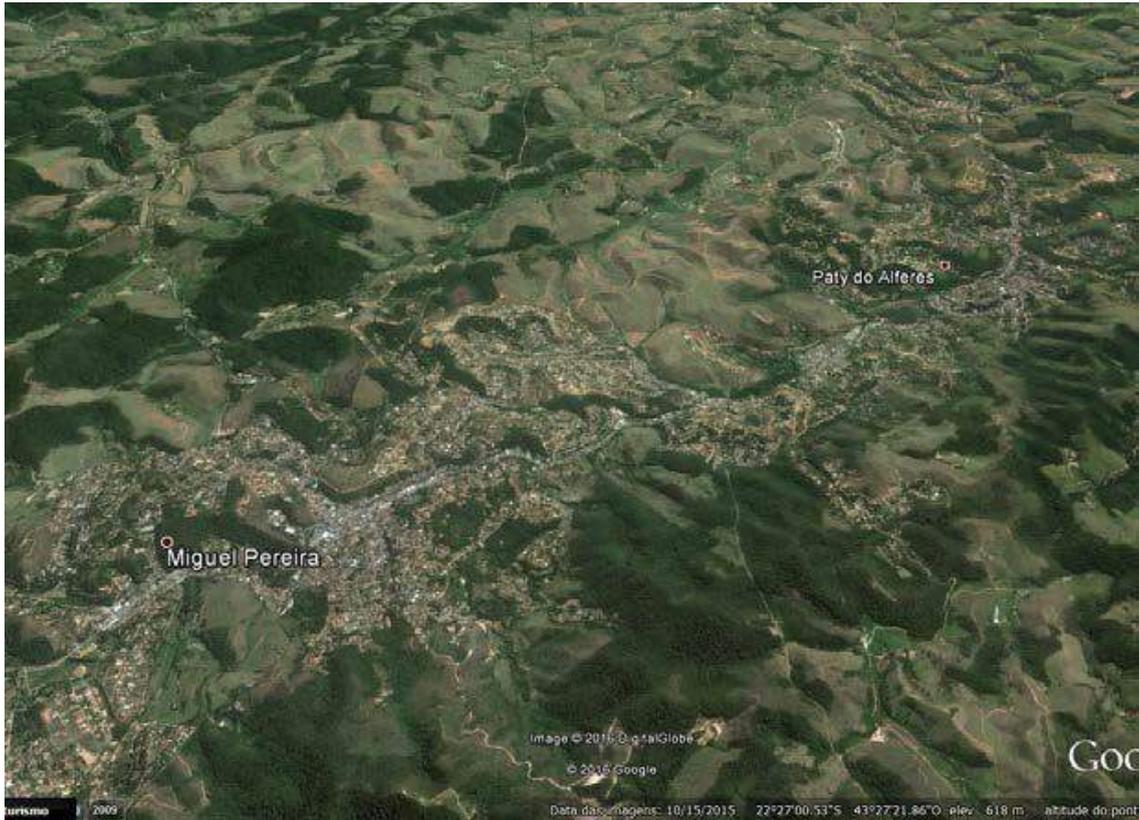


	2001	2002	2003	2004	2005	2007	2008	2009	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	201	148	209	246	248	254	203	190	171	280	187	243	249	217	232	209	229	227
Estadual	201	148	209	246	248	254	203	190	171	271	181	231	232	211	222	201	220	211
Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	6	12	17	6	10	8	9	16

No ensino de jovens e adultos, Paty do Alferes teve um total de 440 alunos matriculados em 2020, sendo 59% na rede estadual e 41% na municipal.

Não havia curso de graduação presencial no ensino superior em 2019.





À direita, avista-se o distrito-sede de Paty do Alferes em conurbação com o distrito-sede de Miguel Pereira, à esquerda, a 6,1 km de altitude.

## **ANÁLISE SITUACIONAL**

### **CONDIÇÕES DE SAÚDE**

#### **PANORAMA DEMOGRÁFICO**

No período anterior à Constituição de 1988, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Para cumprir o disposto na Constituição (a saúde é direito de todos e dever do Estado), foi criado o Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população. A atenção integral à saúde passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida.

A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto serviços de saúde. Ela engloba a atenção básica, de média e de alta complexidade, os serviços de urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e a assistência farmacêutica.

A regionalização é responsável por estruturar e regular o processo de descentralização das ações e serviços, desde os procedimentos simples e ambulatoriais até os de média e alta complexidade. Nesse sentido, foram estabelecidos centros de referência para as ações de maior complexidade. Ou seja, como a maior parte dos municípios não tem condições de ofertar na integralidade os serviços de saúde, para que o sistema funcione, é necessário que haja uma estratégia regional de atendimento (parceria entre estado e municípios), para corrigir as distorções de acesso.



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde

A regionalização exposta no mapa ganhou força no Rio de Janeiro com a adesão do estado ao Pacto pela Saúde. Iniciado em 2006, o pacto foi um conjunto de reformas institucionais ajustadas entre União, estados e municípios visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. A implementação do pacto se dava pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG, que substituiu os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabeleceu metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

O pacto alterou o processo de habilitação dos entes federados, não havendo mais divisão entre municípios ou estados “habilitados” e “não habilitados”. Todos passaram a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. A adesão dos municípios ao Pacto pela Saúde indicava a formalização da assunção das responsabilidades e atribuições da esfera municipal na condução do processo de aprimoramento e consolidação do SUS. Para todas as responsabilidades, eram estabelecidas categorizações de “realiza” e “não realiza” e, conseqüentemente, um plano de ação e prazo para realização daquelas ainda não realizadas.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (atenção básica; média e alta complexidade da assistência; vigilância em saúde; assistência farmacêutica; e gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de 100 rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

Em 2012, o Ministério da Saúde extinguiu a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou de assinatura do Termo de Compromisso de Gestão – TCG. Desde então, as

ações para o cumprimento das responsabilidades sanitárias devem estar expressas na programação anual de saúde de cada ente federado e vinculadas às diretrizes e aos objetivos dos respectivos planos de saúde.

## **Atenção básica da saúde**

A porta de entrada dos sistemas de saúde é a atenção básica. É o contatopreferencial dos usuários com o SUS. Caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos ea manutenção da saúde.

A atenção básica é desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidadee da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação no território nacional: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A saúde da família é considerada primordial para a organização e o fortalecimento da atenção básica<sup>40</sup>. A partir do acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada, são desenvolvidas ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes.

Para efetivar essas ações, é necessário o trabalho de equipes multiprofissionais formadas por médico, enfermeiro, técnico ou auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo haver uma equipe de saúde bucal vinculada, formada por cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário e técnico em higiene dental.

As equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a corresponsabilidade dos profissionais com os usuários e a comunidade, com o desafio de ampliar as fronteiras de atuação eresolubilidade da atenção. Devem conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, por meio de cadastramento e diagnóstico de suas características sociais, demográficas e epidemiológicas; identificar os principais problemas de saúde e situações de risco às quais a população está exposta; e prestar assistência integral, organizando o fluxo de encaminhamento para os demais níveis de atendimento, quando se fizer necessário.

A tabela a seguir<sup>41</sup>, cujos dados foram obtidos através do módulo de acessopúblico da plataforma e-Gestor AB, vinculada ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, apresenta o número de equipes de saúde da família em ação no estado, além dos percentuais de cobertura tanto para a ESF quanto para o conjunto da atenção básica.

---

40 - <https://pensesus.fiocruz.br/saude-da-familia>.

41 - <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relatoriosPublicos.xhtml>.

Tabela 33: Cobertura de atenção básica – Estado do Rio de Janeiro – Dezembro de 2020

Nº de equipes ESF	Estimativa de população coberta por ESF	Proporção de cobertura de equipes ESF	Estimativa de população coberta pela atenção básica	Proporção de cobertura da atenção básica
2.448	8.210.439	48%	10.177.084	59%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A cobertura estimada da ESF alcança aproximadamente metade da população fluminense. Ainda assim, como se vê na tabela, a atenção básica não indica a cobertura de 41% dos habitantes do território estadual.

A próxima tabela refere-se à situação de Paty do Alferes, incluindo o número de equipes de atenção básica tradicional equivalente a equipes de ESF, conforme a carga horária ambulatorial de médicos e enfermeiros.

Tabela 34: Cobertura de atenção básica – Município – Dezembro de 2020

Nº de equipes ESF	Nº de equipes ESF equivalentes	Estimativa de população coberta por ESF	Proporção de cobertura de equipes ESF	Estimativa de população coberta pela atenção básica	Proporção de cobertura da atenção básica
13	0	27.769	100%	27.769	100%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

Em relação aos agentes comunitários de saúde – ACS, o quadro é apresentado na próxima tabela, que abrange o Estado do Rio de Janeiro e o município em tela:

Tabela 35: Cobertura de agentes comunitários de saúde – Estado do Rio de Janeiro e Município – Novembro de 2020

Nº de ACS no Estado do RJ	Estimativa da população estadual coberta por ACS	Proporção de cobertura por ACS no estado	Nº de ACS em atuação no município	Estimativa da população municipal coberta por ACS	Proporção de cobertura por ACS no município
13.014	7.202.376	42%	54	27.769	100%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A saúde bucal é objeto da tabela seguinte, que se refere somente ao Estado do Rio de Janeiro. A cobertura da atenção básica abrange cerca de um terço da população.

Tabela 36: Cobertura de saúde bucal – Estado do Rio de Janeiro – Novembro de 2020

Nº de equipes ESF de saúde bucal	Estimativa de população coberta por ESF de saúde bucal	Proporção de cobertura ESF de saúde bucal	Estimativa de população coberta pela atenção básica de saúde bucal	Proporção de cobertura da atenção básica de saúde bucal
1.215	4.058.283	23%	5.586.279	32%

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

A situação da saúde bucal em Paty do Alferes é como segue:

Tabela 37: Cobertura de saúde bucal – Município – novembro de 2020

<b>Nº de equipes ESF de saúde bucal</b>	<b>Nº de equipes ESF equivalentes de saúde bucal</b>	<b>Estimativa de população coberta por ESF de saúde bucal</b>	<b>Proporção de cobertura de equipes ESF de saúde bucal</b>	<b>Estimativa de população coberta pela atenção básica de saúde bucal</b>	<b>Proporção de cobertura da atenção básica de saúde bucal</b>
<b>2</b>	<b>0</b>	<b>6.900</b>	<b>16%</b>	<b>6.900</b>	<b>16%</b>

Fonte: Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde

**Tuberculose** – Causada pelo bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), é uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões<sup>42</sup>. Anualmente, são notificados cerca de 10 milhões de novos casos em todo o mundo, levando mais de um milhão de pessoas a óbito. O surgimento da Aids e o aparecimento de focos de tuberculose resistente aos medicamentos agravam esse cenário.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde – SES, em 2020, o Estado do Rio de Janeiro registrou 11.677 novos casos da doença<sup>43</sup>. A Região Metropolitana I, que abrange cerca de 60% da população fluminense, respondeu por 75,5% dos casos. A Região Metropolitana II teve 9,1% dos casos e 15,4% se distribuíram entre as demais regiões de saúde.

**Hanseníase** – O bacilo de Hansen (*Mycobacterium leprae*) é o causador de uma doença infecto-contagiosa crônica que afeta a pele, os nervos dos braços, das mãos, das pernas e outras regiões. É transmitida pela tosse, espirro, e o principal agente é a pessoa que ainda não recebeu tratamento. Feito gratuitamente pelo SUS, o tratamento com antibióticos dura de seis meses a um ano. Mas, se não for tratada, a doença pode causar complicações graves. Em 2020, foram registrados 584 casos novos de hanseníase no estado. Resultaram em incapacidades físicas 66 casos<sup>44</sup>.

**Dengue, chikungunya e zika** – São doenças de notificação compulsória<sup>45</sup>, sendo obrigatória a comunicação à autoridade de saúde da ocorrência de suspeita ou confirmação. A notificação deve ser realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, podendo ser imediata ou semanal. É através desta ação que os gestores de saúde do estado e municípios ficam cientes da ocorrência das doenças no seu território e população, embasando a tomada de decisão, além de dar subsídio epidemiológico para que o profissional médico possa realizar o diagnóstico e tratamento oportunos. O principal vetor de transmissão é o mosquito *Aedes aegypti*.

Em 2020<sup>46</sup>, foram notificados, em todo o Estado do Rio de Janeiro, 4.461 casos prováveis de dengue, correspondendo a uma baixa incidência acumulada de 25,8 casos por 100 mil habitantes. Os casos prováveis de chikungunya somaram 3.613 (20,9 por 100 mil habitantes), enquanto a zika apresentou 168 casos prováveis (1,0 por 100 mil habitantes).

Tabela 38: Casos prováveis de dengue, chikungunya e zika – RJ – 2019/2020

	2019	2020
Dengue	31.951	4.461
Chikungunya	86.458	3.613
Zika	1.533	168

Fonte: Boletim Epidemiológico Arbovirose nº 01/2021

42 - Ministério da Saúde, <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/tuberculose>.

43 - <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/08/dia-estadual-de-luta-contra-a-tuberculose-secretaria-de-saude-investe-no-apoio-aos-municipios-para-garantir-continuidade-do-tratamento>.

44 - <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/08/dia-estadual-de-conscientizacao-mobilizacao-e-combate-a-hanseniose-conheca-a-doenca>.